



Grupo Moçambicano da Dívida

# Dívida Externa e Interna de Moçambique:

*Evolução, Desafios e Necessidade de uma Estratégia  
Consistente e Inclusiva*

Maputo, Moçambique  
Julho de 2006

## Glossário

BM -	Banco de Moçambique
BOP -	Balança de Pagamentos
BTs -	Bilhetes de Tesouro
DRI -	Debt Relief International
Euro -	Moeda da Zona Euro
FAD -	Fundo Africano de Desenvolvimento
FMI -	Fundo Monetário Internacional
GBP -	<i>Pound</i> (Moeda da Inglaterra)
HIPC -	<i>Heavily Indebted Poor Countries</i> (Países Pobres Altamente Endividados)
IDA -	<i>International Development Association</i> (Associação para o Desenvolvimento Internacional)
MDRI -	<i>Multilateral Debt Relief Initiative</i> (Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral)
MEFMI -	<i>Macroeconomic Financial Management Institute</i>
MT -	Meticais em Circulação antes da Introdução da Nova Família em 01/07/2006
OCDE -	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM -	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OPEP -	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTs -	Obrigações de Tesouro
PIB -	Produto Interno Bruto
PRGF -	<i>Poverty Reduction and Growth Facility</i> (Facilidade de Crescimento e Redução da Pobreza)
SISTAFE -	Sistema de Administração Financeira do Estado
SOE -	Subsistema do Orçamento do Estado
SWOT -	<i>Strengthening, Weakness, Opportunities and Threatening</i> (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)
USD -	Dólar dos Estados Unidos da América
Yene -	Moeda Japonesa
ZAR -	Rand (Moeda da África do Sul)

## **Prefácio**

O Grupo Moçambicano da Dívida (GMD) tem vindo a produzir informação sobre o estágio corrente do endividamento público do país. Actualmente o GMD conta com um determinado número de brochuras produzidas, versando sobre este tema tão importante. A primeira brochura, neste exercício contínuo e rolante, foi produzida em 1998, tendo se seguido outras duas, uma em 1999 e a outra em 2003.

O presente produto é a continuação do nosso trabalho de actualização periódica da informação sobre a dívida. A actualização que ora efectuamos reveste-se de uma particularidade que acrescenta valor próprio em quantidade e qualidade ao trabalho, acima duma revisão comum que vínhamos levando a cabo de forma rotineira, até a publicação passada.

Neste número propomo-nos a engrenar nos capítulos do endividamento interno e do privado, que vem crescendo rapidamente e cuja sustentabilidade e efeitos futuros na saúde económica e financeira do país são objecto de grandes debates, sendo, obviamente, menos consensuais. Também há aqui uma questão que não teve um tratamento mais aturado nas produções anteriores, mas que agora trazemos para um tratamento um tanto mais refinado – as projecções da evolução da dívida nos próximos anos. Também introduzimos a avaliação dos grandes desafios e consistência das actividades de advocacia junto do Governo e dos parceiros de cooperação ante os mecanismos de alívio da dívida até hoje adoptados.

Com a nova abordagem que, do nosso ponto de vista enriquece o trabalho, acrescentamos a componente de análise, o que, provavelmente, acrescenta o potencial de debate e reflexão em torno do assunto da dívida.

Desde que os esforços de alívio da dívida, que pelo pacote de condicionalismos a estes anexo custam caro, estejam a surtir algum efeito positivo visível, melhor percepção da dimensão do problema da dívida, incluindo os potenciais riscos, pode ajudar-nos a buscar soluções mais eficazes e idealizar mecanismos consistentes de gestão dos recursos públicos e dos futuros endividamentos, em especial.

Agradecemos o apoio recebido de parceiros e membros, bem como as solicitações dos nossos leitores, ao contemplarem as produções anteriores. As questões que foram sendo feitas em torno do conteúdo daquelas produções e outras que ai não encontraram cobertura, inspiraram-nos nesta nova produção. Reconhecemos, contudo, que nem tudo foi possível trazer, pesem embora as solicitações diversas; há que ter em conta as dificuldades ainda persistentes na busca de dados e informação no nosso país.

Aos nossos leitores, ai vai o novo número. Censurem e nos informem! Assim vamos crescer.

**Secretariado do Grupo Moçambicano da Dívida**

# ÍNDICE

<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>II</b>
<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>III</b>
<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>II. DÍVIDA PÚBLICA: CONCEITOS E CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>2</b>
2.1. CONCEITOS.....	2
2.2. DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA: CONTEXTUALIZAÇÃO .....	5
2.2.1. <i>Causas da Crise da Dívida</i> .....	5
2.2.3. <i>Soluções Propostas para o Alívio da Dívida dos Países Pobres</i> .....	7
<b>III. DÍVIDA PÚBLICA INTERNA DE MOÇAMBIQUE: .....</b>	<b>10</b>
3.1. EVOLUÇÃO E SUSTENTABILIDADE .....	10
3.2. IMPLICAÇÕES SÓCIO ECONÓMICAS .....	11
3.3. PERSPECTIVAS.....	14
<b>IV. DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>15</b>
4.1. EVOLUÇÃO E SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE 1980-2005 .....	15
4.2. ALÍVIO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA NO ÂMBITO DA INICIATIVA HIPC I E II E CENÁRIOS DE SUSTENTABILIDADE .....	17
4.3. A INICIATIVA DE ALÍVIO DA DÍVIDA MULTILATERAL (MULTILATERAL DEBT RELIEF INITIATIVE) – MDRI .....	19
4.3.1. <i>MDRI: Contexto e Critérios Elegibilidade</i> .....	19
4.3.2. <i>MDRI e o Stock de Dívida Pública Externa de Moçambique 2006-2011</i> .....	20
4.3.3. <i>MDRI e as Despesas Públicas</i> .....	21
4.4. GESTÃO DA DÍVIDA: O QUADRO INSTITUCIONAL E LEGAL DE GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA .....	23
<b>V. DÍVIDA PRIVADA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>25</b>
5.1. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PRIVADA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE 1990-2005.....	25
5.2. PROJEÇÕES DA DÍVIDA PRIVADA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE, 2006-2009 E SUA SUSTENTABILIDADE .....	27
<b>VI. SWOT DA PROBLEMÁTICA DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO E INTERNO DO PAÍS .....</b>	<b>28</b>
<b>VII. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>30</b>
<b>VIII. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>33</b>

## Tabelas

Tabela 1. Principais Características da Dívida Interna e Externa.....	4
Tabela 2. Soluções Propostas para o Alívio da Dívida dos Países Pobres .....	8
Tabela 3. Evolução e Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Pública Interna de Moçambique 1999-2005 .....	11
Tabela 4. Marcas de Referência Preliminares para a Sustentabilidade da Dívida Interna.....	12
Tabela 5. Despesas nas Áreas Prioritárias do PARPA e com o Pagamento dos Juros de Dívida Pública .....	13
Tabela 6. Stock Nominal de Dívida Pública Externa 1985-2005 (em Milhões de USD).....	16
Tabela 7. Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Pública Externa de Moçambique 1997-2005 .....	16
Tabela 8. Compromisso de Assistência (perdão) no Âmbito do HIPC (USD milhões em termos de VAL) .....	17
Tabela 9. Projecções de Dívida Pública Externa de Moçambique 2006-2011 (antes e depois do MDRI) .....	21
Tabela 10. Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Privada Externa 2001-2005 .....	26
Tabela 11. Projecções do Endividamento Privado Externo 2006-2009 (USD milhões) .....	27

## Gráficos

Gráfico 1. Stock de Dívida Pública Externa de Moçambique em 2005, antes e depois do MDRI (USD Milhões) .....	20
Gráfico 2. Evolução da Dívida Privada Externa 1993-2005 (USD milhões) a/ .....	26
Gráfico 3. Estrutura Sectorial dos Desembolsos Líquidos de Empréstimos Privados 2001-2005 .....	27

## Caixas

Caixa 1. Indicadores para Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública Interna.....	12
Caixa 2. Indicadores da Economia de Moçambique 1997-2005 .....	18
Caixa 3. Objectivos e Metas de Desenvolvimento do Milénio .....	22

## I. Introdução

O debate acerca da dívida externa dos países em desenvolvimento está longe de ser ultrapassado. A sua ligação com a redução da pobreza é hoje um facto inquestionável. Reconhecendo isso, doadores e as instituições financeiras têm levado a cabo iniciativas de alívio da dívida dos Países Pobres e Altamente Endividados.

Moçambique têm sido qualificado para o alívio da sua dívida pública externa no âmbito das várias iniciativas. Porém, dados recentes indicam que o stock de Dívida Externa Pública do País situa-se aos níveis da década 80/90 quando se deu a crise da dívida externa de Moçambique. Embora a análise da sua sustentabilidade leve a conclusões diferentes das da década 80/90, o acompanhamento dos níveis de endividamento actuais e a sua discussão não podem ser adiados porque tem implicações importantes sobre a gestão e monitoria da dívida pública externa.

A necessidade de debater o quadro do endividamento externo de Moçambique alastra-se também para a categoria de dívida privada externa. Até muito recentemente o financiamento externo ao sector privado era visto como sendo relativamente insignificante e, dado que se considerava que é determinado pelo mercado, pressupunha-se que era distribuído com eficiência. No entanto, os financiamentos externos privados já não são insignificantes e além disso, intervenções governamentais directas e indirectas, normas reguladoras negligentes e uma gestão de empresas débil podem afectar as operações de mercado e a distribuição desses fluxos e levar a uma crise de dívida privada externa.

Mas a problemática do endividamento do País não é apenas com o exterior. Dado que a amortização da dívida pública interna é com base em recursos orçamentais, existe a necessidade de avaliar o peso da dívida interna sobre o orçamento do estado e sobre a economia em geral e a sua sustentabilidade.

Assim, esta brochura tem três objectivos e cobre as três vertentes de dívida: (i) analisa a evolução do endividamento externo (publico e privado) e interno nos últimos anos incluindo o impacto das recentes iniciativas de alívio da dívida pública externa (iniciativa HIPC e Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral) bem como a tendência do endividamento até 2011; (ii) aborda os principais desafios referentes ao endividamento externo e (iii) propõe vertentes de advocacia no âmbito da dívida pública no país.

A mesma baseia-se na revisão da literatura existente sobre a matéria, consulta de bases de dados das instituições responsáveis pela gestão da dívida e cruzamento com diversas fontes, análises gráficas e de rácios e consultas à entidades responsáveis pela gestão da dívida.

A brochura surge no contexto das actividades de advocacia do Grupo Moçambicano da Dívida (GMD) com enfoque nos recursos públicos e governação. Constitui também uma actualização das anteriores brochuras<sup>1</sup>, daí que alguns conceitos básicos relativos a dívida externa poderão ser consultados nas anteriores brochuras.

---

<sup>1</sup> A primeira brochura, neste exercício contínuo e rolante, foi produzida em 1998 com o título: “Dívida Externa de Moçambique: Conceitos e Evolução”, tendo se seguido outras duas, uma em 1999 com o título: “Estratégias da Dívida Externa”, mais uma em 2003 intitulada: “Dívida Publica de Moçambique: O Endividamento Externo e Interno e Considerações Sobre suas Ligações com a Pobreza e Desenvolvimento”.

Para além desta introdução, o segundo capítulo efectua o levantamento dos principais conceitos relacionados com a dívida externa para seguidamente analisar a evolução, sustentabilidade, implicações económicas e perspectivas no âmbito da dívida pública interna de Moçambique. No capítulo três é analisada a evolução da dívida pública externa, incluindo o impacto da iniciativa HIPC e MDRI e as projecções até 2011. O quarto capítulo aborda o endividamento externo do sector privado no período 1990 a 2005 a tendência para os anos subsequentes. Seguidamente faz-se uma análise das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças do endividamento público externo e no fim apresentam-se as conclusões e recomendações e as referências bibliográficas.

## **II. Dívida Pública: Conceitos e Contextualização**

### **2.1. Conceitos**

De forma genérica, entende-se por dívida, uma quantia emprestada acrescida de juros, com uma previsão de pagamento futuro. Tendo em conta a residência dos agentes envolvidos na contratação dos empréstimos distinguem-se duas categorias de dívida: dívida interna ou dívida externa. A tabela 1 abaixo resume as principais características da dívida interna e externa.

#### **i. Dívida Pública Interna**

A Lei 9/2002 de 12 de Fevereiro - Lei do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) - define a Dívida Pública Interna como:

“aquela que é contraída pelo Estado com entidades de direito público ou privado, com residência ou domiciliadas no País, e cujo pagamento é exigível dentro do território nacional”,

Existem dois instrumentos principais que os governos emitem no processo de contratação de empréstimos internos: títulos de tesouro e obrigações de tesouro.

**Título de Tesouro** – títulos de crédito emitidos a breve data pelo governo, geralmente vendidos a desconto em vez de pagarem juros, com um vencimento de um ano ou inferior a um ano. Também é possível os títulos de tesouro pagarem juros no termo do prazo de pagamento e serem emitidos ao par (100% do valor facial)

**Obrigações de Tesouro** – instrumento de médio e longo prazo emitidos ao par (100% do valor facial) e com juros pagáveis anual ou semestralmente.

De um modo geral existem três razões principais para o endividamento público interno [Johnson, 2001:7-8]:

**Financiar o défice orçamental.** Se o Governo não for capaz de fazer face aos seus compromissos de despesas a partir de receitas mobilizadas a nível nacional, tais como impostos e direitos, e de doações e empréstimos de fontes externas, pode então contrair empréstimo a nível nacional.

A nossa experiência mostra que em muitos países menos desenvolvidos estas receitas normais estão aquém do volume de despesas fixado, havendo então a necessidade de se recorrer a outras fontes.

O recurso ao endividamento interno para o financiamento do défice é tomado como o último recurso. Último recurso porque quando se recorre à dívida interna ao mesmo tempo se esta perante um risco de penalização do sector privado, que fica sem recursos suficientes para financiar os seus investimentos.

**Implementar a Política Monetária.** O Governo pode implementar a política monetária através de uma alteração de oferta de moeda na economia. Fáz-lo através da compra ou venda de títulos do tesouro, isto é, através das operações de mercado aberto. A venda de títulos do tesouro por parte do estado reduz a oferta de moeda e absorve a liquidez, pois as pessoas e as instituições compram títulos de tesouro e ficam assim com menos dinheiro, ao passo que as compras de títulos do tesouro por parte do estado injectam dinheiro na economia, pois as pessoas vendem títulos do tesouro e ficam com mais dinheiro.

**Desenvolver o sistema financeiro.** Para desenvolver e aprofundar os mercados do sector financeiro é necessário haver uma oferta e uma gama firme de instrumentos de instrumentos financeiros a transaccionar. No início deste processo o governo oferece geralmente títulos do tesouro de curto prazo, que proporcionam uma rentabilidade certa e desenvolvem a confiança dos investidores nos instrumentos públicos de dívida. Consequentemente, o aprofundamento do mercado financeiro pode ser conseguido através da oferta de instrumentos de mais longo prazo com estruturas diversas de taxas de juro (fixas e flutuantes).

O valor dos títulos emitidos é fixado em moeda nacional, mas casos há em que os valores são convertidos para moeda externa. Neste segundo caso, além dos encargos derivados da taxa de juros, há que ter em conta a taxa de câmbios, dados os riscos de sua flutuação.

## ii. Dívida Pública Externa

A mesma Lei 9/2002 define a Dívida Pública Externa como:

“aquela que é contraída pelo Estado com outros Estados, organismos internacionais ou outras entidades de direito público ou privado, com residência ou domicílio fora do País, e cujo pagamento é exigível fora do território nacional”.

Os devedores podem ser tanto o governo como as empresas privadas. Assim, na óptica do devedor a dívida pode ser pública ou privada. É pública quando o responsável directo pela dívida sobre o exterior é o Governo. É privada quando algumas empresas do sector privado nacional recorrem a fontes externas para o financiamento dos seus investimentos, ou ainda, adiamento do pagamento de certas importações.

Na óptica do credor, a dívida pode ser:

- (i) Bilateral, quando se trata de empréstimo entre governos;
- (ii) Multilateral, quando um governo deve a instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Africano de Desenvolvimento) que representam interesses de diversos Governos;

(iii)Comercial, quando o governo ou empresas recorrem a bancos comerciais internacionais para a contracção de crédito.

Nas dívidas multilaterais e bilaterais, destaque para a primeira categoria, em que as condições são mais favoráveis (juros baixos e períodos de graça longos), enquanto que as dívidas comerciais se guiam pelas condições do mercado.

**Tabela 1. Principais Características da Dívida Interna e Externa**

<b>Tipo</b>	<b>Características</b>	<b>Considerações</b>
Dívida interna de autoria do Governo	Geralmente se caracteriza pela “colecta” de dinheiro da economia através da venda de BTs e títulos da autoridade monetária, onde se associa uma determinada taxa de juros.	Este passa a constituir uma alternativa concreta de aplicação de fundos pelos investidores, dadas as taxas de juro concorrenciais e, é, por isso, tomado também como um mecanismo de desenvolvimento do sistema financeiro. O Governo pode aproveitar a poupança mobilizada para financiar défices de curto prazo.
Dívida interna de autoria das empresas	Caracteriza-se pela mobilização de poupança pelas empresas (sector privado) através da emissão de seus títulos.	Naturalmente, as taxas de juro aplicadas têm de ser concorrenciais para atrair investidores. Nos países menos desenvolvidos esta prática não é comum, devido ao subdesenvolvimento das suas empresas ante a responsabilidade de emitir títulos.
Dívida Externa Bilateral	O empréstimo envolve dinheiro entre Governos	Geralmente as condições são acessíveis (taxas de juro acessíveis e períodos longos). Algumas vezes estes créditos afluem a título de ajuda. Governos credores há que condicionam os seus empréstimos, como é o caso da utilização do dinheiro emprestado para a importação pelo devedor de produtos do país do Governo credor, ou ainda abertura, pelo país devedor, do seu mercado para a colocação de produtos do país do Governo credor.
Dívida Externa Multilateral	Empréstimo que envolve dinheiro contraído de instituições multilaterais para o financiamento de despesas públicas correntes e de investimento.	As condições são acessíveis (taxas de juro mais baixas e períodos de graça mais longos). Nos últimos tempos, estes empréstimos têm sido condicionados à performance dos países devedores, sendo comum a sua ligação aos programas de reformas económicas (o caso dos ajustamentos estruturais).
Dívida Externa Comercial	O empréstimo é contraído tanto pelo Governo como pelas empresas a bancos internacionais privados, envolvendo dinheiro. Por vezes, os títulos do Governo podem ser vendidos a agentes externos, o que leva então a uma dívida de natureza comercial. Também vezes há em que os Governos ou as empresas importam a crédito, o que também cai na categoria de dívida comercial.	As condições aplicáveis são as do mercado (taxas de juro e prazos de pagamento), sendo, por isso, os empréstimos mais caros.

## **2.2. Dívida Pública Externa: Contextualização**

### **2.2.1. Causas da Crise da Dívida**

A década 80 foi marcada pela subida dos passivos de muitos países menos desenvolvidos. Dava (2005) refere, por exemplo, que foi em meados daquela década que a dívida acumulada de Moçambique subiu de forma desproporcional resultado de um conjunto de factores de índole interno e externo, chegando a ser 10 vezes mais que o volume das exportações do país e 50 % do PIB, em 1994.

Fala-se em crise da dívida, uma vez os níveis de endividamento atingidos estarem foram do controle das autoridades em termos de cumprimento das obrigações de pagamento do respectivo serviço. São dívidas cujo cumprimento da obrigação de pagamento é incerto.

Numa situação de altos níveis de endividamento há riscos óbvios que se incorrem, tanto na perspectiva do país devedor como na do credor. Na visão do país devedor, os altos níveis de endividamento são vistos como um entrave ao investimento público, bem como diminuição de recursos públicos para aplicações alternativas que podem acelerar o ritmo de crescimento do país, assumindo-se que o serviço da dívida a que o país é exposto anualmente drena recursos dos “bolsos” do Estado. Na perspectiva do credor, os altos níveis de endividamento, acompanhados de dificuldades crescentes em fazer face ao respectivo serviço pelos devedores põem em risco a estabilidade financeira internacional, pois a falta de pagamento pode alimentar pressões indesejáveis e retaliações por parte dos credores, ao mesmo tempo que isso significa uma redução do seu activo.

Os esforços de alívio da dívida são tomados na tentativa de salvaguardar os interesses tanto dos credores como dos devedores e, em última instância, do sistema financeiro internacional.

### **2.2.2. Razões Aventadas para a Crise de Dívida:**

#### De âmbito interno

##### *1. Calamidades naturais*

As calamidades naturais levam a uma redução do nível da actividade económica e aumentam os níveis de pobreza. Pimpão (2005) refere que os desastres naturais reduzem o stock de capital físico e humano, reduzindo, conseqüentemente, o produto e o rendimento dos países afectados; provocam a flutuação de preços das exportações e importações, afectando o rendimento do sector público e privado; movimentam populações, aumentando a despesa pública; aumentam o custo do transporte; entre outros.

##### *2. Políticas económicas ineficientes*

Após a independência, a produção nacional passou a ser controlada directamente pelo Estado, através da nacionalização das empresas e surgimento de empresas estatais, parte significativa delas tendo sido abandonadas pelos antigos proprietários (colonos). Ao assumir o controle da produção através das empresas estatais o Estado viu o volume das suas despesas a aumentar, facto que se agravou com o baixo nível de rendimento das

mesmas, não conseguindo no mínimo igualar o volume de produção ao volume da despesa pública nelas alocada. O Estado passou então a drenar recursos sem retorno.

Por outro lado, com o impacto das calamidades naturais tratado acima conjugado com a guerra civil que fustigava o país e a dinâmica político-económica regional desfavorável, como veremos a seguir, que limitavam a produção nacional, a procura era maior, produzindo pressões inflacionárias, depreciação da taxa de câmbios e alta das taxas de juro. Ante este cenário, as autoridades continuavam a administrar indicadores macroeconómicos de forma directa, tendo os fixados a níveis desajustados aos níveis reais de escassez no mercado.

Outros aspectos nefastos foram constatados na política económica do país no período pós independência. Navalha e Sylvestre (2005) acrescentam factores como a política de subsídios governamentais que aumentava o fardo das despesas do Estado sem razão óbvia, no mínimo económica, de existir. Apontam também a contracção de empréstimos para projectos considerados ambiciosos e sem garantia de rentabilidade a taxas de juro comerciais (altas).

### De âmbito externo

#### *1. A dinâmica político-económica regional*

No período colonial a economia nacional dependia de um tecido infra-estrutural deliberadamente implantado para servir aos interesses coloniais da época. Neste âmbito, parte significativa das receitas do Governo (divisas) provinha da utilização das linhas-férrreas e portos nacionais pelos países vizinhos do interland, destaque para a Rodésia e África do Sul, para a exportação e importação. O trabalho migratório às minas do Rand também metia somas significativas em divisas para os cofres do Estado, através do salário diferido. Proclamada a independência, o país passou a depender da estrutura infra-estrutural e fontes de receitas herdadas do colono.

Os “atritos” políticos entre o novo Governo nacional, resultante da independência, e os regimes de Apartheid, na África do Sul, e de Ian Smith, na Rodésia (actual Zimbabwe), levaram a uma redução drástica da utilização das infra-estruturas nacionais por aqueles países, reduzindo assim o fluxo de divisas. Houve também cortes por parte do Governo Sul-Africano, do valor resultante do chamado salário diferido ao novo Governo de Moçambique. Adicionalmente, o mau relacionamento com os países vizinhos alimentou o desenvolvimento do conflito armado no país, que sacrificou grande parte das infra-estruturas de produção e capital humano.

Com níveis de produção cada vez menores e fluxos ínfimos de receita do Estado, tanto internas como externas (divisas), e numa altura em que os encargos públicos para com o povo eram crescentes, exigindo grandes esforços na importação de bens e produtos básicos, restava ao país mergulhar em altos níveis de endividamento externo.

#### *2. A crise de Petróleo dos anos 70*

Sendo o petróleo uma das principais fontes de energia, incluindo os combustíveis, a alta do preço deste cria um fardo enorme para os países importadores, dada a baixa elasticidade da procura destes, traduzindo-se em elevados défices nas suas contas correntes na balança de

pagamentos. Foram duas crises; a primeira em 1973 e a segunda em 1978. Pimpão (2005) refere que a crise do petróleo é mais gravosa para os países menos desenvolvidos, visto terem que demandar mais reservas externas para fazer face à alta dos preços, ao mesmo tempo que os países industrializados, donde emerge a ajuda, se batem com recessão económica, fruto da mesma crise (levando, provavelmente, ao racionamento da ajuda e/ou forçando os países pobres a recorrerem, com mais frequência, a dívidas comerciais, com as taxas de juro de mercado). A mesma fonte adianta que a crise do petróleo desestabiliza a programação macroeconómica e de objectivos de política económica, visto que para os mesmos objectivos traçados anteriormente o país passa a demandar de mais reservas em moeda externa bem como mais moeda nacional para a aquisição de divisas, redução da poupança nacional e disputa com outras aplicações da poupança (efeito *crowding-out*). A maior procura de divisas afecta também a taxa de câmbio, tornando a divisa mais cara, encarece, conseqüentemente o preço das restantes importações e acelera os níveis de inflação, demandando ainda mais reservas para a estabilização da economia.

### *3. Aumento das taxas de juro internacionais*

Paralelamente à crise do petróleo, o mundo experimentou uma subida real das taxas de juro, o que foi elevando o custo dos novos empréstimos, arrastando os países pobres para situações de limitadas alternativas e, por isso, submissão às condições penosas de endividamento.

### *4. Deterioração dos termos de troca e redução dos ganhos das exportações*

A redução, no mercado internacional, dos preços dos produtos exportados por maior parte dos países menos desenvolvidos, na sua maioria produtos primários, passou a reduzir os ganhos das exportações destes países, abrandando assim o volume das suas divisas.

Os países desenvolvidos, que foram constituindo o principal mercado das exportações dos países pobres, foram substituindo grande parte do uso de produtos primários por produtos sintético, o que reduziu a procura destes e se reflectiu na queda dos preços. Por outro lado, políticas proteccionistas daqueles países foram limitando a entrada das exportações dos países pobres, fazendo com que os preços não sejam compensadores. Há quem diga também que a produção a custos elevados nos países pobres torna as exportações destes países menos competitivas no mercado internacional.

## **2.2.3. Soluções Propostas para o Alívio da Dívida dos Países Pobres**

Ante o ambiente sombrio causado pelos altos níveis de endividamento de muitos países pobres, sobretudo pela dimensão dos riscos que isso significava ao sistema financeiro internacional, em cada momento, foram sendo lançadas algumas iniciativas de alívio da dívida. A tabela 2 resume-as.

**Tabela 2. Soluções Propostas para o Alívio da Dívida dos Países Pobres**

Ano	Iniciativa	Características
1982	Rescalonamento Clássico	No âmbito dos Clubes <sup>2</sup> (de Paris e de Londres) há negociações com os devedores que resultam no adiamento do pagamento e conseqüente ajustamento do serviço da dívida, como forma de dotar os devedores de mais capacidades para o cumprimento futuro das suas obrigações. Os países devedores devem, adicionalmente, implementar um programa de reformas apoiadas pelas instituições financeiras internacionais, visando o relançamento das suas economias.
1985	Plano Baker: Rescalonamento e novos fundos	Esta iniciativa surge como um reforço ao rescalonamento clássico, onde para além do adiamento da do pagamento do serviço da dívida os credores colocam mais fundos à disposição dos devedores (novos empréstimos) para ajudar a acelerar o ritmo de recuperação económica, mas condicionando-os ao cumprimento prudente das reformas económicas apoiadas pelas instituições financeiras internacionais.
1989	Plano Brady	Foi direccionada às dívidas comerciais. Esta advogava a necessidade da concessão de Ajuda Oficial Concessional (condições favoráveis) aos países devedores para que estes financiassem a reestruturação das suas dívidas com os bancos comerciais, com base num programa de conversões.
1988 e 1991	Termos de Toronto (1988) e Termos de Londres (1991)	Estas duas iniciativas, no âmbito do Clube de Paris, caracterizaram-se, basicamente, pelo rescalonamento da dívida, estendendo o tempo para 25 anos, e aplicação de taxas de juro concessionais, bem como cancelamento de cerca de 1/3 do serviço da dívida vencida. Os Termos de Londres estenderam a possibilidade de cancelamento da dívida para cerca de 50%.
1994	Termos de Nápoles	Reforçou a ligação entre o alívio da dívida e as reformas económicas. Aumentou a possibilidade de alívio da dívida para cerca de 67%, baseando-se a elegibilidade para este alívio adicional no nível de endividamento e índices de pobreza, ao mesmo tempo que os rescalonamentos eram estendidos para cerca de 33 anos, até 40 anos, nas obrigações para com o IDA.
1996	Iniciativa HIPC <sup>3</sup> (Termos de Lyon)	Uma iniciativa lançada pelo Banco Mundial e FMI funda-se no reconhecimento da gravidade do problema de endividamento para os países pobres, não obstante todas as iniciativas lançadas até então. Visando ajudar os países pobres a cumprirem com as suas reformas económicas, chamando, por isso, a participação de todos os credores. Esta iniciativa reforçou a de Nápoles (anterior) elevando as possibilidades de alívio do serviço da dívida vencida nos últimos quatro anos para cerca de 80%, bem como reduzir ainda mais as taxas de juro aplicáveis. Os condicionalismos eram assim a base, chegando a fixar um ponto de conclusão ( <i>completion point</i> ) da aplicação das reformas, requisito para o usufruto do alívio da dívida. Agora, pela primeira vez o alívio incidia tanto sobre o serviço da dívida como sobre o próprio stock acumulado. Um quadro de indicadores de alto endividamento foi desenvolvido, segundo o qual, um país seriam então considerado altamente endividado, ou seja, com uma dívida insustentável, e assim ser elegível para esta iniciativa, quando o serviço da dívida e o valor actual da dívida externa fosse superior, respectivamente, a 25% e 250 % da receita das exportações.
	HIPC II/HIPC	Aparece como um reforço ao HIPC inicial (anterior). Duas são as

<sup>2</sup> O Clube de Paris é o Grupo de Credores Públicos, enquanto que o Clube de Londres é o Grupo de Credores Privados.

<sup>3</sup> Abreviatura da redação em inglês de Países Pobres Altamente Endividados (Highly Indebted Poor Countries - HIPC).

Ano	Iniciativa	Características
1999	reforçado (Termos de Colónia)	componentes adicionadas neste reforço. Primeiro: os rácios de sustentabilidade da dívida são alterados de 25% (serviço da dívida com relação ao total de receitas de exportações) e 250 % (valor actual da dívida externa com relação ao total de receitas de exportações) para 15% e 150%, respectivamente. Segundo: os países elegíveis são obrigados a elaborar e implementar estratégias de redução da pobreza, o que se conheceu como PRSP (ou PARPA, no caso Moçambicano), onde se reflectem as políticas de Ajustamento Estrutural apoiadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.
2005	Propostas do Reino Unido e dos Estados Unidos de América para o alívio da dívida/ Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral.	<p>O Reino Unido propõe que os países credores partilhem (paguem) o custo do serviço da dívida multilateral dos países pobres até ao ano 2015, altura em que uma revisão país por país deverá ser feita para apurar as necessidades de alívio adicional da dívida.</p> <p>Os Estados Unidos propõe uma viragem de ajuda baseada em créditos para ajuda por via de donativos, esperando-se assim, ao longo dos tempos, uma redução da dívida dos países beneficiários, a medida que os fluxos de donativos vão sendo usados para o refinanciamento das velhas dívidas.</p> <p>A iniciativa Britânica, lançada em Setembro de 2005, prevê o pagamento do serviço da dívida com o FAD, o FMI e o IDA para dez anos (2005-2015). A parte britânica deste pagamento será de 10%, ou seja, USD 4 milhões de alívio por ano para Moçambique. Outros credores (Canadá e Países Baixos) anunciaram a sua adesão aumentando a proporção do alívio para 16%, cerca de USD 6 milhões de alívio por ano.</p> <p>Estas duas propostas estiveram na base do surgimento da chamada Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI, na abreviação inglesa).</p>

#### 2.4. Avaliação da Eficácia das Diferentes Iniciativas de Alívio da Dívida

Os Governos devem porque precisam de fundos para saldar a sua conta, mas também por motivações adjacentes à política monetária e desenvolvimento do sector financeiro, sendo estas duas últimas inerentes à dívida interna. Mas, as performances fracas das respectivas economias não geram fundos suficientes para cumprir com as obrigações de pagamento, o que conduz à dívida insustentável.

As diferentes iniciativas de alívio da dívida, desde os anos 80, não têm conseguido proporcionar uma solução viável ao problema do endividamento público. Como diz Caliari (2005), as principais e comuns manifestações das fraquezas têm sido a falta de resposta consistente às seguintes questões:

- I. Qual dívida e em que montante?
  - II. Quem se qualifica para o benefício do alívio da dívida?
  - III. Sob que condições?
  - IV. Com que recursos?
- I. O problema de *qual dívida e em que montante* caracteriza-se pela não consideração de todos os tipos de dívidas. Quando, por exemplo, se fala de um cancelamento total, muitas vezes refere-se a dívidas junto das instituições multilaterais e/ou do Clube de

Paris, ignorando ou, simplesmente, não se responsabilizando por outras dívidas como as bilaterais com outros países como os do Leste, mas também as dívidas internas. Por outro lado, nem todas as dívidas contraídas ao longo dos tempos são integradas nas iniciativas. Há, por exemplo, o princípio de *cut off date* que determina o período a considerar, ficando todas as restantes dívidas a manter o fardo para as nações devedoras e sem solução à vista.

- II. A questão de *quem se qualifica para o benefício do alívio da dívida* aparece quando estas iniciativas discriminam os beneficiários. No caso do HIPC, seriam beneficiários aqueles países que mostrassem uma performance macroeconómica aceitável, no critério do Banco Mundial e do FMI, e que assim, estivessem dentro dos indicadores estabelecidos por aquelas instituições. Os critérios de selecção são vagos o que leva a que, muitos países pobres não sejam contemplados, quanto mais os de renda média.
- III. Qualquer das iniciativas baseia-se num quadro rigoroso de reformas macroeconómicas inegociáveis que rege e condiciona os pacotes de ajuda de que os países pobres continuam altamente dependentes. São parte disto as políticas e/ou medidas de Ajustamento Estrutural. Os instrumentos como o *Poverty Reduction and Growth Facility* (PRGF) do FMI e outros de carácter multilateral e bilateral espelham o quadro de reformas preconizadas. Muitas vezes os condicionalismos negligenciam as especificidades dos países.
- IV. A questão *com que recursos* aparece porque as iniciativas tomam, na sua maioria, como um dos objectivos capitais reduzir a dívida, garantindo, ao mesmo tempo, um fluxo adequado de fundos externos para a prossecução das reformas e relançamento do tecido económico para a criação de capacidade necessária, esperando-se disso uma futura resposta positiva às obrigações para com o exterior. Mas, acontece que não tem sido fácil garantir estes dois objectivos ao mesmo tempo. Muitos países credores preferem usar fundos que seriam para os próximos ciclos de ajuda, alocando-os nos diferentes esquemas de perdão da dívida, o que significa uma redução das entradas líquidas da ajuda externa a estes países. Podemos nos servir de exemplos disto o mecanismo adoptado pela França, no âmbito do HIPC, as novas propostas britânica e dos Estados Unidos da América.

Assim, a dívida pública continua dos maiores entraves ao desenvolvimento, particularmente para os países de renda baixa, sendo que as campanhas de advocacia vão continuar a ser cada vez mais exigentes, no sentido de buscar-se uma solução definitiva, num mundo em que a globalização e integração dos mercados prosseguem a ritmos incontornáveis.

### **III. Dívida Pública Interna de Moçambique:**

#### **3.1. Evolução e Sustentabilidade**

Uma leitura dos dados oficiais publicados pelo FMI nos relatórios de avaliação do desempenho económico de Moçambique no âmbito da facilidade de crescimento e redução da pobreza (PRGF) indica que, apesar de não se considerar insustentável, a dívida pública interna do País evoluiu rapidamente.

De um stock de 51.9 mil milhões de Meticais em Dezembro de 1999, a dívida pública interna atingiu 3.366.9 mil milhões de Meticais em Dezembro de 2005 e espera-se que entre 2006 a 2008 se situe ao nível de 8500 mil milhões de Meticais. A maior proporção da dívida encontra-se titulada em bilhetes de tesouro (entre 50-57%) e o remanescente em obrigações do tesouro e garantias. Estes montantes representam entre 0.1% a 4.3% do PIB e entre 0.8% a 33.5% das receitas públicas (Tabela 3). Tendo em conta as marcas de referências preliminares definidas para a análise de sustentabilidade da dívida pública interna (vide caixa 1), estes rácios revelam claramente que a dívida pública interna do Tesouro Público é sustentável.

Tabela 3. Evolução e Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Pública Interna de Moçambique 1999-2005

Indicador	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Dívida Pública Interna (10 <sup>9</sup> MT)/a	51,9	817,0	1.684,0	3.681,6	4.932,0	2.536,7	3.366,9
<b>Memo:</b>							
Dívida Pública Interna/ PIB (%)	0,1	1,4	2,2	3,8	4,3	1,9	2,2
Dívida Pública Interna/ Receitas Públicas (%)	0,8	10,8	17,8	30,5	33,5	15,1	15,8
Juros de Div. Púb. Interna/ Receitas Púb.s (%)	0,1	0,2	3,5	7,9	6,8	5,4	3,7

a/ Inclui títulos do Governo emitidos para reforçar o balanço do Banco de Moçambique.

Fonte: IMF Country Report No. 06/46, 2006; IMF 2005 Country Report No. 05/168; IMF 2004 Country Report No. 04/342

Mesmo considerando que é sustentável, a dívida pública interna apresenta um serviço da dívida mais oneroso porque as taxas de juros associadas são relativamente mais elevadas (taxas de juro indexadas às taxas de juro de mercado).

Tendo em conta este e outros aspectos, o Estado Moçambicano têm estado a priorizar donativos na contratação de novos financiamentos, representando 80% do seu financiamento externo. No entanto os donativos não satisfazem as necessidades do País por isso se continua a contrair empréstimos concessionais com um elemento de donativo mínimo de 35%.

### 3.2. Implicações Sócio Económicas

Mesmo considerando que a dívida pública interna apresenta um serviço da dívida mais oneroso porque as taxas de juros associadas são relativamente mais elevadas, a análise das implicações sociais e económicas do endividamento público interno deve ser feito tendo em conta as causas do próprio endividamento, que se enquadram em três categorias [Sylvestre e Navalha 2004: 13 e Johnson, 2001: 7]:

- I. Financiamento ao défice orçamental – isto é, para fazer face aos seus compromissos de despesas não cobertas pelas receitas mobilizadas a nível nacional;
- II. Implementação da política monetária. Esta verifica-se apenas nos casos em que para implementar a política, para enxugar toda ou parte de liquidez que se mostrar excessiva na economia por venda de BT's no Mercado Monetário Interbancário (*open market*); e
- III. Desenvolvimento do sector financeiro. Maior parte da dívida interna do país, foi contraída pela necessidade de desenvolver e evitar males maiores ao sistema financeiro nacional. Está directamente associada aos processos de recapitalização do

Banco Austral e Banco Comercial de Moçambique (hoje Millennium BIM) e ao arranque a entrada em funcionamento da própria BVM.

No caso em que a dívida pública interna surge no contexto do financiamento dos défices orçamentais é necessário ter em conta que o ónus do pagamento dos juros pode ser compensado pelos benefícios da realização de despesas nos sectores prioritários para o desenvolvimento económico e redução da pobreza.

#### **Caixa 1. Indicadores para Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública Interna**

A sustentabilidade da dívida é a capacidade de um país cumprir com todas as responsabilidades relativas ao serviço da dívida sem afectar os seus objectivos de desenvolvimento económico e social.

Para a análise de sustentabilidade da dívida pública interna são normalmente empregues os seguintes indicadores:

*Serviço da dívida / receitas orçamentais:* mede a capacidade do governo de fazer face ao serviço da dívida (soma juros e capital) a partir das receitas internas.

*Valor actual líquido / receitas orçamentais:* mede o custo actual do serviço da dívida em relação a capacidade do governo em efectuar o reembolso.

*Juro / receitas orçamentais:* mede o peso dos juros de dívida interna nas receitas mobilizadas internamente.

*Stock de dívida / PIB:* mede o nível de endividamento em relação à actividade económica do País. Demonstra a proporção da produção global do País que seria necessária para reembolsar todo o stock de dívida.

*Stock da dívida / receitas orçamentais:* mede o nível de endividamento interno relativamente à capacidade do governo de efectuar o reembolso. Demonstra o número de anos necessários para efectuar o reembolso de todo o stock de dívida

Embora não existam marcas de referência internacionalmente acordadas para avaliar a sustentabilidade da dívida, análises preliminares dos dados dos países HIPC apontam que aqueles cujos rácios de dívida se situam acima ou próximo do limite máximo definido na tabela 4 abaixo já possuem pagamentos em atraso e estão a enfrentar cargas de dívida interna insustentáveis.

**Tabela 4. Marcas de Referência Preliminares para a Sustentabilidade da Dívida Interna**

<b>Indicador da Dívida Interna</b>	<b>Limites</b>
Serviço da Dívida / Receitas Públicas	28% - 63%
Valor Actual da Dívida / Receitas Públicas	88% - 127%
Juros / Receitas Públicas	4.6% - 6.8%
Stock de Dívida / PIB	20% - 25%
Stock de Dívida / Receitas Públicas	92% - 167%

Fonte: Johnson 2001:21

Estes indicadores são considerados estáticos porque referem-se à situação da dívida num determinado período de tempo. Para análise da dinâmica da dívida ou como os rácios de dívida se movem com o tempo, avalia-se a relação entre as taxas de juros (custo efectivo de pedido de empréstimo) e a taxa de crescimento das receitas internas. Por exemplo se a taxa de juros for superior a taxa de crescimento das receitas públicas, há evidências de uma carga crescente do serviço da dívida, caso contrário pode ser esperar uma redução da carga do serviço da dívida nas receitas internas.

Johnson, A. 2001:20-21

As duas seguintes razões para o endividamento interno público – implementação de política monetária e desenvolvimento do sistema financeiro – e com grande expressão no total de dívida pública interna de Moçambique, colocam desafios de trade-offs importantes entre a manutenção de um sistema financeiro estável, estabilidade económica e o desvio de recursos que de outro modo poderiam ser alocados pelo governo nos sectores sociais. Como atesta a tabela 5 abaixo:

I. Desde 2001, os encargos com os juros de dívida pública interna têm superado os desembolsos efectivos para o pagamento de juros de dívida externa. Por exemplo, em 2004, os juros de dívida interna absorveram cerca de 910 mil milhões de Meticais contra 411 mil milhões de Meticais destinados ao pagamento do serviço da dívida externa, o que representa cerca de 2,9% e 1,3% do total de despesa realizado em 2004, respectivamente.

Tabela 5. Despesas nas Áreas Prioritárias do PARPA e com o Pagamento dos Juros de Dívida Pública

Valores em Mil Milhões de Meticais	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 Proj.
Despesa Total (Corrente e Investimento)	12.815,0	14.611,0	22.994,6	24.730,3	26.821,3	31.780,2	33.466,0
<i>Juros de Dívida Pública</i>	<i>324,0</i>	<i>118,0</i>	<i>477,6</i>	<i>1.274,3</i>	<i>1.318,2</i>	<i>1.212,9</i>	<i>1.248,0</i>
Interna	6,0	14,0	327,9	951,9	1.001,6	910,0	789,0
Externa	318,0	104,0	149,7	322,4	316,6	411,0	459,0
<b>Áreas Prioritárias</b>	<b>6.895,0</b>	<b>10.795,0</b>	<b>13.774,0</b>	<b>15.324,0</b>	<b>16.172,9</b>	<b>19.160,1</b>	<b>25.944,0</b>
Educação	1.795,0	3.141,0	4.874,0	4.217,0	5.149,7	6.638,9	7.722,0
HIV/SIDA	0,0	6,0	110,0	188,0	80,5	127,1	257,0
Saúde	1.493,0	2.038,0	2.080,0	2.953,0	2.709,0	3.495,8	4.909,0
Infra-Estruturas	1.481,0	2.490,0	3.643,0	3.861,0	3.540,4	3.495,8	7.237,0
Agricultura e Desenvolvimento Rural	583,0	994,0	707,0	1.243,0	1.260,2	1.366,5	1.523,0
Governança, Segurança e Sistema Judicial	991,0	1.244,0	1.615,0	1.900,0	2.387,1	2.987,3	3.438,0
Outros Sectores Prioritários	552,0	882,0	745,0	962,0	1.046,0	1.048,7	858,0
<b>Em % da Despesa Total:</b>							
<i>Juros de Dívida Pública</i>	<i>2,5</i>	<i>0,8</i>	<i>2,1</i>	<i>5,2</i>	<i>4,9</i>	<i>3,8</i>	<i>3,7</i>
Interna	<i>0,0</i>	<i>0,1</i>	<i>1,4</i>	<i>3,8</i>	<i>3,7</i>	<i>2,9</i>	<i>2,4</i>
Externa	<i>2,5</i>	<i>0,7</i>	<i>0,7</i>	<i>1,3</i>	<i>1,2</i>	<i>1,3</i>	<i>1,4</i>
<b>Total nas Áreas Prioritárias</b>	<b>53,8</b>	<b>73,9</b>	<b>59,9</b>	<b>62,0</b>	<b>60,3</b>	<b>60,3</b>	<b>77,5</b>
Educação	14,0	21,5	21,2	17,1	19,2	20,9	23,1
HIV/SIDA	0,0	0,0	0,5	0,8	0,3	0,4	0,8
Saúde	11,7	13,9	9,0	11,9	10,1	11,0	14,7
Infra-Estruturas	11,6	17,0	15,8	15,6	13,2	11,0	21,6
Agricultura e Desenvolvimento Rural	4,5	6,8	3,1	5,0	4,7	4,3	4,6
Governança, Segurança e Sistema Judicial	7,7	8,5	7,0	7,7	8,9	9,4	10,3
Outros Sectores Prioritários	4,3	6,0	3,2	3,9	3,9	3,3	2,6

Fontes: [www.bancomoc.mz](http://www.bancomoc.mz); IMF Country Report No. 06/46, 2006:28

II. Desde 2001, os encargos com os juros de dívida pública interna têm representado mais do que o triplo das despesas realizadas na área do HIV/SIDA. Por exemplo em 2005, os juros de dívida interna corresponderam a 2,4% da despesa total, enquanto o total de despesa para o HIV/SIDA absorveu 0,8% da despesa total.

III. Entre 2002 a 2005, a proporção das despesas com o pagamento dos juros de dívida interna situou-se ao mesmo nível do montante de despesas efectuadas nos outros sectores prioritários do PARPA (políticas macro económicas e financeiras; emprego e

desenvolvimento empresarial; acção social; habitação; minas; pescas; turismo; indústria transformadora; transportes e comunicações; tecnologia; ambiente e redução da vulnerabilidade a desastres naturais);

IV. Ainda no período entre 2002 a 2005, os juros de dívida privada representaram mais da metade das despesas realizadas no sector da agricultura e desenvolvimento rural;

De qualquer modo o efeito social do pagamento do serviço de dívida privada representa uma privação menor relativamente ao serviço de dívida externa, porque no caso do serviço da dívida interna privada e em particular quando os instrumentos de dívida são adquiridos por residentes, o impacto sócio-económico pode ser mínimo porque implica um movimento de recursos do sector público para outros sectores.

### **3.3. Perspectivas**

Devido aos elevados montantes que a dívida pública interna vai assumindo nos últimos tempos, crescem preocupações em torno da manutenção da sua sustentabilidade a médio e longo prazo. Assim os aspectos chave que devem ser considerados na análise da evolução futura do endividamento interno privado incluem:

- ❖ As condições das novas emissões – o tipo de taxa de juro e o vencimento. O governo pode emitir instrumentos de dívida para financiar défices temporários de tesouraria à taxas de juro de mercado e vencimentos de muito curto prazo. Por outro lado, pode utilizar instrumentos de dívida de longo prazo para financiar o défice de tesouraria/orçamento;
- ❖ Tendência de atrasados pendentes e liquidação de atrasados. O governo pode ter pagamentos atrasados de juros e/ou capital sobre os instrumentos emitidos;
- ❖ Da política de prolongamento da duração dos títulos do tesouro. O governo pode prolongar a duração das emissões dos títulos do tesouro e não efectuar quaisquer reembolsos de capital. É importante notar se os prolongamentos incluem a capitalização de pagamento de juros. Taxas de juro elevadas podem ser uma das razões principais subjacentes a um aumento significativo de emissões de títulos de tesouro de curto prazo.
- ❖ O nível de endividamento em relação a quaisquer limites legais estabelecidos ou por estabelecer, visto que permite uma análise de confiança nas instituições incumbidas na gestão da dívida.
- ❖ A emissão ou não de garantias públicas para empréstimos a empresas públicas.

O Banco de Moçambique está engajado na reforma gradual da sua política monetária. Nesse âmbito e com a assistência do FMI e do Banco Mundial vai trabalhar para desenvolver uma estratégia de dívida pública interna para a política monetária e desenvolvimento dos mercados. Para tal, vai trabalhar no aprofundamento do mercado para os instrumentos de dívida do governo de curto prazo. [IMFa 2006: 39]

## **IV. Dívida Pública Externa de Moçambique**

### **4.1. Evolução e Sustentabilidade da Dívida Pública Externa de Moçambique 1980-2005**

O stock nominal de dívida pública externa de Moçambique aumentou a um ritmo acelerado tendo atingido em 1998 a cifra mais alta de USD 6.056,0 milhões. Este montante representava 153% do PIB daquele ano, cerca de 13 vezes as receitas do Estado e 25 vezes as exportações de 1998. Se o País tivesse que fazer face ao serviço da dívida era necessário mobilizar 43% das exportações, 23.5% das receitas do Estado e 2,7% do PIB de 1998. (tabela 6 e 7)

Em Junho de 1999, Moçambique beneficiou do alívio da dívida no âmbito do HIPC I e os credores acordaram em perdoar USD 3.700 milhões do stock nominal da dívida, ou seja, USD 1.717 milhões em termos de valor presente líquido.

Em Setembro de 2001 o País atingiu o ponto de conclusão no âmbito do HIPC reforçado e os credores comprometeram-se em perdoar USD 600 milhões do stock nominal da dívida, equivalente a USD 306 milhões em termos de valor presente líquido. Devido a modalidade de alívio da dívida no âmbito do HIPC que privilegia o perdão da dívida nas datas de vencimento da dívida, o perdão não se faz sentir nas datas de assunção dos compromissos, mas sim nas datas de vencimento. Por exemplo no ponto de conclusão no âmbito do HIPC II o Banco Mundial, assumiu o compromisso de reduzir USD 80.1 milhões do serviço da Dívida de Moçambique para com aquela instituição. Até Agosto de 2005, o País tinha beneficiado de USD 35.0 milhões de redução do serviço da dívida.

Uma consequência directa desta modalidade de alívio é que o stock de dívida não reduz imediatamente e na mesma magnitude de alívio, mas sim nas datas de vencimento e no montante de vencimento<sup>4</sup>. Assim, o actual nível de endividamento público externo de Moçambique espelha quatro factores essenciais:

- ❖ O estágio actual de implementação da iniciativa HIPC, visto que muitos credores bilaterais ainda não prestaram a sua assistência, quer por não participarem na iniciativa ou porque o acordo ainda não foi assinado.
- ❖ Até muito recentemente, os credores multilaterais não providenciavam a sua assistência através da redução do stock de dívida, mas através da redução do serviço anual da dívida no período do vencimento, de forma que o seu stock continua tendo um grande peso no stock total da dívida.
- ❖ A contratação de novos empréstimos que vai ocorrendo ao longo dos anos, associada à fraca capacidade de reembolso;
- ❖ Uma boa proporção da dívida pública externa de Moçambique está denominada em outras moedas estrangeiras como o Euro, SDR e Yen que não o USD, e qualquer depreciação desta última tem efeitos sobre o stock denominado em USD.

---

<sup>4</sup> Neste aspecto em particular, o MDRI representa uma viragem completa, na medida em que para os países que atingiram o ponto de conclusão no âmbito do HIPC beneficiam de alívio total da sua dívida nas datas em que os credores tiverem acordado (Vide secção sobre o MDRI).

Em face desses factores até Dezembro de 2005, o stock nominal de dívida pública externa de Moçambique era de cerca de USD 4.648,8 milhões, sendo 54,5% correspondente a dívida multilateral e 45,5% a dívida bilateral (tabelas 6 e 7). Isto representa cerca de 69% do PIB, 5 vezes as receitas do estado e 3 vezes as exportações de 2005. Em termos de valor presente líquido, o stock de 2005 representa 153% das receitas do estado e 83,6% das exportações.

Tabela 6. Stock Nominal de Dívida Pública Externa 1985-2005 (em Milhões de USD)

	MULTILATERAL	BILATERAL					BANCOS COMERCIAIS			FORNECEDORES	TOTAL
		OCDE	OPEP	PAÍSES DA EUROPA DE LESTE	OUTROS PAÍSES	TOTAL BILATERAL	OCDE	OUTROS	TOTAL BANCOS COMERCIAIS		
1985	113,2	929,6	397,9	890,2	236,2	2.453,9	203,6	22,2	225,8	1,4	2.794,3
1986	152,8	1.078,4	400,9	1.036,2	246,1	2.761,6	210,6	18,4	229,0	13,1	3.156,5
1987	261,4	1.493,8	337,1	1.224,8	256,2	3.311,9	266,7	25,6	292,3	32,6	3.898,2
1988	331,5	1.513,5	443,4	1.311,5	271,3	3.539,7	273,2	36,5	309,7	28,8	4.209,7
1989	392,0	1.564,6	450,0	1.357,2	263,0	3.634,8	310,7	31,3	342,0	22,6	4.391,4
1990	479,1	1.844,5	479,2	1.516,4	284,0	4.124,1	310,7	15,7	326,4	29,9	4.959,5
1991	607,0	1.986,8	485,5	1.519,7	263,9	4.255,9	104,0	21,3	125,3	6,6	4.994,8
1992	855,4	2.037,6	449,5	1.031,5	540,5	4.059,1	110,0	16,5	126,5	0,0	5.041,0
1993	1.005,0	1.945,7	444,7	957,5	530,5	3.878,4	109,1	18,7	127,8	0,0	5.011,2
1994	1.330,1	2.057,5	443,2	920,3	525,8	3.946,8	0,0	0,0	0,0	0,0	5.276,9
1995	1.607,6	1.958,6	461,5	982,9	461,1	3.864,1	0,0	0,0	0,0	0,0	5.471,7
1996	1.692,3	2.001,3	454,2	1.044,2	499,6	3.999,3	0,0	0,0	0,0	0,0	5.691,6
1997	1.813,2	1.918,3	528,0	156,1	1.064,5	3.666,9	0,0	0,0	0,0	0,0	5.480,1
1998	2.133,5	1.981,1	657,1	197,9	1.086,4	3.922,5	0,0	0,0	0,0	0,0	6.056,0
1999	2.141,9	1.804,6	570,1	142,7	1.052,4	3.569,8	0,0	0,0	0,0	0,0	5.711,7
2000	1.348,2	1.854,4	615,8	212,0	972,3	3.654,5	0,0	0,0	0,0	0,0	5.002,7
2001	1.331,8	1.842,4	613,3	187,5	965,5	3.608,7	0,0	0,0	0,0	0,0	4.940,5
2002	1.706,4	571,1	632,4	197,1	498,9	1.899,5	0,0	0,0	0,0	0,0	3.605,9
2003	1.953,3	563,5	623,3	189,6	609,1	1.985,5	0,0	0,0	0,0	0,0	3.938,8
2004	2.321,2	646,7	788,8	298,6	371,5	2.105,6	0,0	0,0	0,0	0,0	4.426,8
2005(*)	2.534,9	648,1	783,5	299,9	382,4	2.113,9	0,0	0,0	0,0	0,0	4.648,8

Fonte: Banco de Moçambique: Boletim Estatístico Vários Números

(\*). Valores provisórios

Numa perspectiva dinâmica, a taxa de crescimento das exportações e do PIB nominal têm superado a taxa de variação do stock nominal de dívida pública desde 1999, o que significa que o nível de endividamento público externo aumenta numa proporção inferior a taxa de crescimento da capacidade do País em fazer face ao serviço.

Tabela 7. Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Pública Externa de Moçambique 1997-2005

Indicadores da Div. Pública Externa (em %)	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Varição Anual do Stock de Div. (%)	-3,7	10,5	-5,7	-12,4	-1,2	-27,0	9,2	12,4	5,0
Dívida. Multilateral/ Stock Dívida Nominal (%)	33,1	35,2	37,5	26,9	27,0	47,3	49,6	52,4	54,5
Dívida. Bilateral/ Stock Dívida Nominal (%)	66,9	64,8	62,5	73,1	73,0	52,7	50,4	47,6	45,5
Stock Dívida Nominal/PIB (%)	158,9	153,0	139,6	134,5	133,7	88,1	82,2	74,9	69,1
Stock Dívida Nominal/Receitas do Estado (%)	1379,7	1347,9	1167,6	1041,7	1080,4	707,8	636,6	488,4	518,9
Stock Dívida Nominal/Exportações (%)	2381,6	2475,9	2012,7	1374,5	702,6	445,3	377,3	294,4	266,4

Indicadores da Div. Pública Externa (em %)	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Serviço de Dívida/Exportações (%)	45,8	43,1	29,7	5,0	3,5	5,3	4,9	3,8	3,9
Serviço de Dívida/Receitas do Estado (%)	26,5	23,5	17,2	3,8	5,3	8,4	8,2	6,3	7,6
Serviço de Dívida/PIB (%)	3,1	2,7	2,1	0,5	0,7	1,0	1,1	1,0	1,0
Crescimento das Exportações (%)	1,8	6,3	16,0	28,3	93,2	15,2	28,9	44,1	16,1
Crescimento real do PIB (%)	11,1	12,6	7,5	1,9	13,1	8,2	7,9	7,5	7,7
Crescimento nominal do PIB (%)	21,7	17,8	10,7	12,4	31,2	26,6	17,6	17,2	14,6

Fonte: Calculado com base em Informação do Boletim Estatístico do Banco de Moçambique, N<sup>o</sup>s 1-50 e do Boletim Anual da Balança de Pagamentos do BM 2005

#### 4.2. Alívio da Dívida Pública Externa no Âmbito da Iniciativa HIPC I e II e Cenários de Sustentabilidade

Em Junho de 1999, Moçambique beneficiou do compromisso de alívio da dívida no âmbito do HIPC I e os credores acordaram em perdoar USD 3.700 milhões do stock nominal da dívida, ou seja, USD 1.716 milhões em termos de valor presente líquido. Desse montante, cerca de USD 352 milhões e USD 115 milhões, representam compromissos assumidos pelo Banco Mundial e FMI respectivamente. (tabela 8).

Em Setembro de 2001 o País atingiu o ponto de conclusão no âmbito do HIPC reforçado ou HIPC II e os credores comprometeram-se em perdoar USD 600 milhões do stock nominal da dívida, equivalente a USD 306 milhões em termos de valor presente líquido, do qual USD 62 milhões e USD 18 milhões correspondem a comparticipação do Banco Mundial e FMI respectivamente. (tabela 8).

Tabela 8. Compromisso de Assistência (perdão) no Âmbito do HIPC (USD milhões em termos de VAL)

	No âmbito do HIPC I	No âmbito do HIPC II	Total
<b>Assistência Prevista (1+2)</b>	<b>1.716</b>	<b>306</b>	<b>2.023</b>
1. Bilateral	1.076	194	1.270
2. Multilateral:	641	112	753
2.1. IDA	352	62	414
2.2. FMI	115	18	133
2.3. AfDB	119	22	141
2.4. Outros	55	9	64

Fonte: IMF and IDA 2001:34

As premissas do HIPC foram de que este ia permitir reduzir o stock total da dívida e, conseqüentemente o respectivo serviço. A redução da dívida ia, por sua vez, aumentar a confiança da comunidade internacional e dos credores com relação à performance do país. A poupança feita a partir deste alívio ia então permitir o aumento do investimento em áreas prioritárias (educação, saúde, infra-estruturas, entre outras).

De facto, há uma tendência para a redução do peso da dívida, com o HIPC (tabela 7):

- ❖ O rácio serviço da dívida/exportações reduz de 45.8% em 1997 para 5% em 2000 e 3.9% em 2005;
- ❖ O rácio serviço da dívida/receitas do estado cai de 26.5% em 1997 para 3.8% em 2000 e 7.8% em 2005;

❖ O valor presente da dívida (VAL) da dívida/exportações diminuiu de 91.7% em 2002 para 83.6% em 2005.

Acompanhando esta tendência, as despesas dos chamados sectores prioritários vão crescendo de ano para ano, ao mesmo tempo que a sua proporção no total das despesas vai também aumentando (Tabela 5). Em 2002, o Orçamento do Estado beneficiou de financiamento no montante de USD 22.1 milhões no âmbito do HIPC. Em 2003 e 2004, a mesma assistência foi na ordem de USD 23.2 milhões e USD 14.5 milhões respectivamente.

Caixa 2. Indicadores da Economia de Moçambique 1997-2005									
Indicador Económico	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Sector Real e Monetário</b>									
PIB a preços constantes (10 <sup>9</sup> MT)	45.384,5	51.118,5	54.971,8	56.039,7	63.381,4	68.553,7	73.980,4	79.524,9	85.648,3
Taxa de Cres. Real do PIB (%)	11,1	12,6	7,5	1,9	13,1	8,2	7,9	7,5	6,2
PIB nominal (a preços correntes) (10 <sup>9</sup> MT)	39.819,4	46.911,8	51.913,2	58.354,6	76.544,9	96.883,5	113.902,5	133.510,4	153.040,6
Taxa de Inflação Anual (%)	6,2	-1,0	6,2	11,4	21,9	9,1	13,8	9,1	14,0
Taxa de Cambio Média (MT/USD)	11.546	11.850	12.689	15.689	20.707	23.667	23.782	22.581	23.061
Taxa de Cambio Média (MT/ZAR)	2.534,0	2.212	2.094	2.199	2.343	2.644	3.188	3.523	3.617
<b>Sector Externo</b>									
Exportações (FOB) (10 <sup>6</sup> USD)	230,1	244,6	283,8	364,0	703,1	809,8	1.043,9	1.503,9	1.745,3
Importações (FOB) (10 <sup>6</sup> USD)	684,0	735,5	1.090,0	1.056,6	966,7	1.476,5	1.648,1	1.849,7	2.242,3
Saldo Global da BOP (10 <sup>6</sup> USD)	-58,4	-198,3	-326,3	-416,5	-516,1	-1.454,7	17,1	-183,0	-181,7
Défi ce da Conta Corrente da BOP (10 <sup>6</sup> USD)	435,2	773,7	854,6	696,9	649,4	869,2	816,5	607,3	760,7
<b>Sector Fiscal</b>									
Receitas do Estado (10 <sup>9</sup> MT)	4.586,0	5.324,0	6.208,0	7.463,0	9.616,7	12.056,3	14.714,2	20.468,6	20.383,1
Despesas do Estado (10 <sup>9</sup> MT)	9.521,4	10.140,0	12.815,0	16.653,0	22.694,4	28.749,6	30.443,5	40.742,8	35.807,7
Défi ce Orçamental sem Donativos (10 <sup>9</sup> MT)	4.758,4	4.923,0	6.827,0	9.190,0	13.077,7	16.698,3	15.728,9	20.274,1	15.424,5
Défi ce Orçamental após Donativos (10 <sup>9</sup> MT)	1.053,4	1.105,0	792,0	2.954,0	3.440,7	6.742,3	5.139,0	9.984,8	3.679,0

Fontes: www.bancomoc.mz; IMF: 2006; www.ine.gov.mz

O país continua a receber um fluxo adequado de ajuda externa, o que mostra a confiança do lado da comunidade internacional quanto à performance do país. o HIPC poderá ter contribuído para esta tendência.

Numa outra vertente de análise, advoga-se que apesar das dívidas consideradas perdoadas corporizarem, no passado, um fardo que hipoteticamente não seria pago, por falta de capacidade (dai o entendimento da dimensão da crise da dívida), o perdão contribui para um certo grau de libertação política, moral e até psicológica, havendo agora maior potencial de escolhas pelo país, ou ainda, menos condicionalismos.

Adicionalmente, o País tem registado um bom desempenho económico (caixa 2) e o último Inquérito aos Agregados Familiares mostra uma redução dos níveis de pobreza, de 69% em 1997, para cerca de 54% em 2003. Este decréscimo da incidência da pobreza terá sido resultado de um conjunto de forças, sendo inegável a contribuição do HIPC, pelas análises feitas acima.

### **4.3. A Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (Multilateral Debt Relief Initiative) – MDRI**

#### **4.3.1. MDRI: Contexto e Critérios Elegibilidade**

Apesar dos vários programas de alívio da dívida e quase uma década de implementação da iniciativa HIPC, países pobres como Moçambique continuam a despende parte dos recursos que poderiam ser alocados para elevar a qualidade de vida dos seus povos no pagamento do serviço da dívida. Porque a dívida bilateral foi sendo reduzida no âmbito do Clube de Paris, e a maioria dos credores bilaterais actualmente privilegiam donativos em vez de empréstimos, uma boa proporção da dívida remanescente dos países HIPCs é com as instituições multilaterais.

Assim, em Junho de 2005, o grupo dos oito países mais industrializados propôs à instituições multilaterais - Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e o Fundo Africano de Desenvolvimento - o cancelamento de 100 por cento dos passivos dos países que atingiram ou irão eventualmente atingir o ponto de conclusão no âmbito do HIPC reforçado. Pela primeira vez, as instituições financeiras internacionais aceitaram avançar para uma abordagem de cancelamento total da dívida. O MDRI pode ser compreendido como uma extensão do HIPC dado que o país se torna elegível após alcançar o ponto de conclusão no âmbito do HIPC.

Em Setembro de 2005, a proposta foi acolhida e em 21 de Dezembro de 2005, 19 países foram considerados elegíveis para se beneficiarem de alívio da dívida no âmbito da iniciativa que se denominou Multilateral Debt Relief Initiative - MDRI. Destes, 17 são países HIPCs que atingiram o ponto de conclusão (*Completion Point*) - Moçambique, Benin, Bolívia, Burkina Faso, Etiópia, Gana, Guyana, Honduras, Madagáscar, Mali, Nicarágua, Níger, Rwanda, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia e dois são países não HIPCs mas com rendimentos anuais per capita abaixo de USD 308 (Cambodja e Tajikistan). Os critérios de elegibilidade são:

- ❖ Ter as obrigações com o fundo em dia;
- ❖ Bom desempenho macroeconómico;
- ❖ Satisfatória implementação de uma estratégia de redução da pobreza; e
- ❖ Boa gestão das despesas públicas.

Os países que ainda não atingiram o ponto de conclusão no âmbito do HIPC reforçado serão qualificados para o MDRI assim que atingirem. Está previsto que um total de 40 países se beneficiará da redução das suas dívidas no âmbito desta iniciativa.

A iniciativa visa ajudar os países com baixos rendimentos a avançarem rumo ao alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) que focalizam a redução da pobreza para metade até 2015. O alívio da dívida no âmbito do MDRI abrange todo o *sctok* de dívida com o FMI não paga até fins de 2004 e com o FAD até Dezembro de 2003.

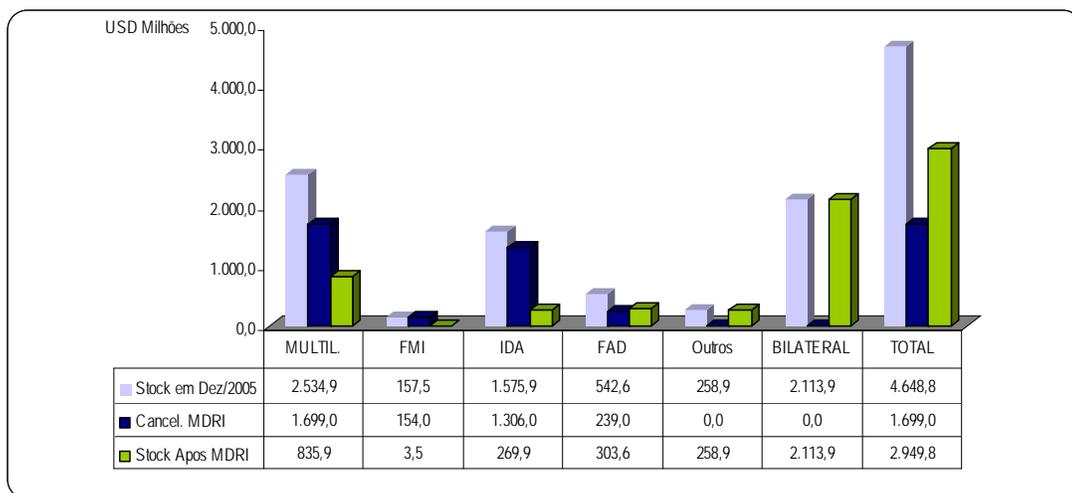
### 4.3.2. MDRI e o Stock de Dívida Pública Externa de Moçambique 2006-2011

Em 6 de Janeiro de 2006, o FMI cancelou cerca de USD 154.7 milhões do *stock* de dívida de Moçambique<sup>5</sup> com aquela instituição até 31 de Dezembro de 2004. O montante referente ao alívio no âmbito do MDRI é de USD 124.2 milhões e o remanescente USD 30.5 milhões refere-se ao alívio no âmbito do HIPC.

A dívida contraída depois de 31 de Dezembro de 2004, será paga nas datas contratualmente acordadas (cerca de SDR 3 milhões). Portanto, com o MDRI, o stock de dívida pública externa de Moçambique com o FMI passa de USD 157.5 milhões para USD 3.5 milhões (Gráfico1).

Enquanto isso o Banco Mundial e o Fundo Africano de Desenvolvimento cancelaram na primeira semana de Julho de 2006 USD 1306,0 milhões e USD 239,00 milhões<sup>6</sup>, reduzindo o stock nominal de dívida pública externa de Moçambique com estas instituições para USD 269,7 milhões e USD 303,6 milhões respectivamente (Gráfico1).

Gráfico 1. Stock de Dívida Pública Externa de Moçambique em 2005, antes e depois do MDRI (USD Milhões)



Fonte: IDA, 2005:25; Boletim da Anual Balança de Pagamentos 2006 e Boletim Estatístico do Banco de Moçambique nº 96.

Excluindo novos desembolsos para 2006, o stock nominal de dívida pública externa multilateral passa de USD 2534,9 milhões para USD 835,9 milhões, enquanto o stock nominal total reduz de USD 4,648.9 milhões para USD 2949,8 milhões.

O impacto do MDRI na redução do peso da dívida pública externa de Moçambique é claro e demonstrado pela magnitude do stock de dívida depois do MDRI e pela evolução dos indicadores de sustentabilidade (tabela 9):

- ❖ O Stock de dívida pública externa reduz de USD 4925 milhões em 2006 antes do MDRI, para USD 1554 milhões depois do MDRI;
- ❖ Sem o MDRI, o stock de dívida seria de USD 6551,0 milhões em 2011, contra 3135.1 milhões com o MDRI;

<sup>5</sup> O FMI cancelou cerca de USD 3.4 biliões a favor dos 19 países qualificados para o alívio no âmbito do MDRI.

<sup>6</sup> Dados preliminares, tendo em conta que ainda não foi anunciada a data de efectividade. O valor considerado toma em conta o cambio de UA/USD em Dezembro de 2004.

- ❖ O rácio de valor actual líquido da dívida/exportações reduz em cerca de 30 pontos percentuais até 2009
- ❖ O rácio serviço da dívida/exportações reduz em um ponto percentual com o MDRI.

Tabela 9. Projecções de Dívida Pública Externa de Moçambique 2006-2011 (antes e depois do MDRI)

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Stock Nomin. de Dív. Púb. Ext. (USD 10<sup>6</sup>)</b>						
Antes de MDRI	4.925	5.237	5.535	5.856	6.197	6.551
Depois de MDRI	1554	1839,6	2187	2509,8	2832,2	3135,1
<b>VAL da Dív. Púb. Externa (USD 10<sup>6</sup>)</b>						
Antes de MDRI	1750	1898	2106	2225	2450	2568
Depois de MDRI	847	1022	1207	1380	1568	1733
<b>VAL da Dívid Púb. Externa/PIB (%)</b>						
Antes de MDRI	25	26	26	25	25	24
Depois de MDRI	12	14	15	16	16	16
<b>VAL da Div. Pub./Export. (%)</b>						
Antes de MDRI	66	67	72	72	68	67
Depois de MDRI	32	36	41	44	43	45
<b>Serviço da Div Pub./Export. (%)</b>						
Antes de MDRI	3	3	3	3	3	3
Depois de MDRI	2	2	2	2	2	2

Fonte: IMF Country Report No. 06/254

#### 4.3.3. MDRI e as Despesas Públicas

A semelhança da iniciativa HIPC, espera-se que os recursos que o País iria alocar no pagamento do serviço da dívida às instituições multilaterais seja canalizada para financiamento das despesas nos sectores chave para a redução da pobreza no âmbito do PARPA 2006-2009 e em particular para o alcance dos objectivos de desenvolvimento do milénio (ODMs) (para uma descrição dos ODMs vide caixa 3). Aliás, Note-se que o perdão de dívida não se traduz em entrada de recursos adicionais para o Orçamento do Estado (o valor de despesa total não varia), apenas implica uma afectação ou redistribuição das despesas que seriam de outro modo direccionadas para o pagamento da dívida.

Durante o processo de elaboração do PARPA II, não estavam esclarecidos os detalhes do perdão de dívida externa de Moçambique, nem a sua periodicidade, de tal forma que nas projecções, foi considerado um cenário optimista no qual o País beneficiaria de um alívio da ordem de USD 19.0 milhões (433,2 milhões de contos) em 2006 e USD 34.2 milhões (687.2 milhões de contos) em 2007. Estes montantes permitiriam uma redistribuição de 30% em 2006, subindo para 70% em 2008. [PARPA 2006-2009, 42:43].

**Caixa 3. Objectivos e Metas de Desenvolvimento do Milénio**

<b>Objectivos</b>	<b>Metas</b>
1. Reduzir para metade a pobreza extrema e a fome metade a pobreza extrema e a fome	<b>1:</b> Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia. <b>2:</b> Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome.
2. Alcançar o ensino primário universal	<b>3:</b> Assegurar, até 2015, que as crianças em toda a parte, tanto rapazes como raparigas, conseguirão concluir um curso completo de ensino primário
3. Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres	<b>4:</b> Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015
4. Reduzir a mortalidade de crianças	<b>5:</b> Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos
5. Melhorar a saúde materna	<b>6:</b> Reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna
6. Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças	<b>7:</b> Parar e começar a inverter, até 2015, a propagação do HIV/SIDA. <b>8:</b> Parar e começar a inverter, até 2015, a incidência da malária e outras doenças principais
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental	<b>9:</b> Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos ambientais <b>10:</b> Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável <b>11:</b> Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados
8. Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento	<b>12:</b> Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório (inclui um compromisso com a boa governação, o desenvolvimento e a redução da pobreza – tanto a nível nacional como internacional) <b>13:</b> Enfrentar as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos (inclui o acesso a exportações livres de tarifas e de quotas, um programa melhorado de alívio e cancelamento da dívida bilateral pública e uma ajuda pública ao desenvolvimento mais generosa para os países comprometidos com a redução da pobreza) <b>14:</b> Enfrentar as necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento (através do Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e das deliberações da 22ª Assembleia Geral) <b>15:</b> Tratar de maneira compreensiva os problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a dívida sustentável a longo prazo <b>16:</b> Em cooperação com os países em desenvolvimento, promover e executar estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens <b>17:</b> Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em desenvolvimento <b>18:</b> Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular as tecnologias da informação e comunicação

Fonte: UN 2001: 58

#### 4.4. Gestão da Dívida: O Quadro Institucional e Legal de Gestão da Dívida Pública

O regulamento do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) define que compete ao subsistema de Subsistema do Tesouro Público do Ministério das Finanças entre outros aspectos: “desenvolver, em coordenação com o Subsistema do Orçamento do Estado (SOE), a formulação da política de financiamento da despesa pública, realizar as operações de crédito público superiormente aprovadas e gerir a dívida pública interna e externa daí resultante”.

No processo de gestão orçamental, e em particular na programação e gestão financeira, o SOE deverá desenvolver os procedimentos necessários à gestão da dívida pública e dos direitos e obrigações oriundos de investimentos financeiros, da existência de dívida pública, flutuante e fundada.

Na prática, Moçambique não possui uma estratégia formal de gestão de dívida pública (interna e externa) que guia o processo de contratação de empréstimos. O estabelecimento das condições e do limite de empréstimos a contrair para o financiamento das despesas públicas é feito a luz do Orçamento de Estado. Por exemplo a Lei que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2006 (Lei 12/2005 de 23 de Dezembro) assim como Lei n.º. 04/2005 de Maio de 2005 que aprova o Orçamento do Estado para 2005, autorizam (para os respectivos anos) o Governo a contrair empréstimo interno e externo, observando as seguintes condições:

a) Empréstimos internos:

- ❖ Taxa de juro indexada à média ponderada, pelo prazo e pelo montante das últimas seis colocações de Bilhetes de Tesouro, de prazo superior a 60 e inferior a 182 dias, acrescido de uma margem máxima de 3%;
- ❖ Período mínimo de amortização de 5 anos, com possibilidade de amortização antecipada

b) Empréstimos externos:

- ❖ Taxa de juro máxima de 3% ao ano
- ❖ Período de amortização não inferior a 21 anos, incluindo 6 anos de diferimento

A mesma Lei autoriza o Governo a emitir garantias e avales, no montante máximo de 43.500 milhões de Meticais

Reconhecendo a indefinição da estratégia e inspirado no Programa Quinquenal do Governo 2005-2009, o PARPA 2006-2009 estabelece como uma das prioridades “definir uma estratégia para orientar, sistematizar e regularizar os fluxos da ajuda externa e do crédito externo ao sector público, bem como fazer uma gestão sustentável da dívida pública” [PARPA 2005-2009: 34].

Tendo em conta esse objectivo está em curso o processo de elaboração da Estratégia de Gestão da Dívida Externa de Moçambique com assistência técnica do *Debt Relief International* (DRI) e do *Macroeconomic Financial Management Institute* (MEFMI).

Espera-se que após as discussões técnicas em curso sob a coordenação do Ministério das Finanças juntamente com o Banco de Moçambique, Ministério do Plano e Desenvolvimento, a estratégia seja submetida ao Conselho de Ministros ainda no decurso deste ano (2006) para apreciação e aprovação.

O documento de estratégia de dívida em discussão, indica que o principal objectivo da estratégia é tornar a dívida de Moçambique sustentável. O documento analisa a situação actual da dívida externa e interna de Moçambique, apresenta possíveis cenários do futuro do endividamento público incluindo uma análise da sustentabilidade dos novos financiamentos. Apresenta o quadro macroeconómico actual e projectado de Moçambique e avalia o enquadramento institucional para a existência e implementação da estratégia da dívida. Traça um quadro de recomendações no contexto das iniciativas de alívio da dívida em curso.

Esperamos que a discussão em curso permita o aprofundamento da estratégia definindo claramente:

- ❖ As condições que devem ser asseguradas para tornar a dívida pública sustentável, sobretudo no que diz respeito aos montantes, modalidades e condições de contratação de novos empréstimos;
- ❖ Os intervenientes no processo de contratação de empréstimos, suas responsabilidades e estrutura funcional;
- ❖ O quadro legal, institucional, processos, procedimentos, que governam o processo de endividamento público;
- ❖ As opções que o País dispõe e o esforço que será necessário para aliviar o fardo da dívida pública.

## **V. Dívida Privada Externa de Moçambique**

“A dívida externa bruta do sector privado, é o montante pendente de passivos correntes, e não contingentes<sup>7</sup>, que requerem pagamento(s) de juros e/ou capital por parte do devedor em certa(s) altura(s) no futuro e que os residentes privados de uma economia devem a não residentes” [Banco de Pagamentos Internacionais 2001:17 citado por [Baball 2003:8].

O financiamento externo do sector privado é visto, há muito tempo como sendo relativamente insignificante e, dado que se considera que é determinado pelo mercado, pressupõe-se que tem sido distribuído com eficiência. No entanto, os financiamentos externos privados já não são insignificantes e além disso, intervenções governamentais directas e indirectas, normas reguladoras negligentes e uma gestão de empresas débil podem afectar a afectar as operações de mercado e a distribuição desses fluxos [Baball 2003:4].

### **5.1. Evolução da Dívida Privada Externa de Moçambique 1990-2005**

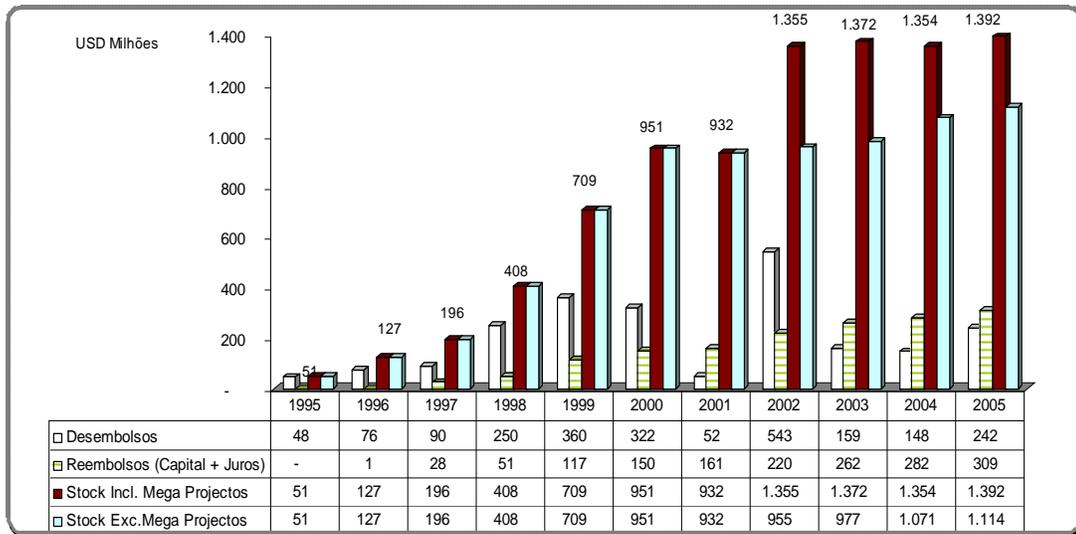
A dívida privada externa de Moçambique evoluiu rapidamente e desde 2002 apresenta uma tendência de crescimento estável e moderada. As estatísticas disponíveis apontam que de USD 51 milhões em 1995 o stock de dívida privada externa aumentou para USD 1.392 milhões em 2005, com as maiores variações absolutas a serem observadas a partir de 1998 até 2002 (Gráfico 2). Este padrão de crescimento reflecte de certo modo a maior integração da economia Moçambicana na economia mundial, que possibilita o recurso à fontes de financiamento externas para as empresas residente em Moçambique, com destaque para os mega projectos. Com efeito, retirando os desembolsos a favor dos mega projectos, o stock de dívida privada externa passa de USD 51 milhões em 1995 para USD 1.114 milhões em 2005.

Enquanto até 2000 os desembolsos anuais superavam o montante de capital e juros pagos, de 2003 a 2005 os reembolsos anuais de capital e juros superaram os desembolsos anuais (Gráfico 2).

---

<sup>7</sup> Passivos contingentes são obrigações que resultam de um evento discreto específico, que poderá ou não ocorrer e que se distinguem de dívidas correntes, pelo facto de uma ou mais condições ou eventos terem de ser preenchidos antes de se operar uma transacção financeira. [Baball 2003:9].

Gráfico 2. Evolução da Dívida Privada Externa 1993-2005 (USD milhões) a/



a/ Dadas as dificuldades de informação de dívida privada ao nível de stocks, as estimativas que se apresentam são baseadas em acumulação de fluxos.

Fonte: Banco de Moçambique: Boletim Estatístico Vários Números

A análise do peso do endividamento externo privado na economia moçambicana espelha o seguinte (tabela 10):

- ❖ O stock de dívida privada como proporção do PIB reduziu de 25.2% em 2001 para 21.0% em 2005. Portanto se o País tivesse que amortizar o stock total de dívida privada externa em 2005, necessitaria de 21% da produção global do mesmo ano.
- ❖ Em 2001, o stock de dívida privada representava 132.6% das exportações. Em 2005 a mesma proporção baixou para cerca de 80%, significando que se o País tivesse que pagar toda a sua dívida naquele ano necessitaria de 80% das suas exportações.
- ❖ O total de activos externos do País em 2004 permitia pagar cerca de 64% do total de empréstimos privados externos. Em 2005 essa proporção aumentou para 66%.

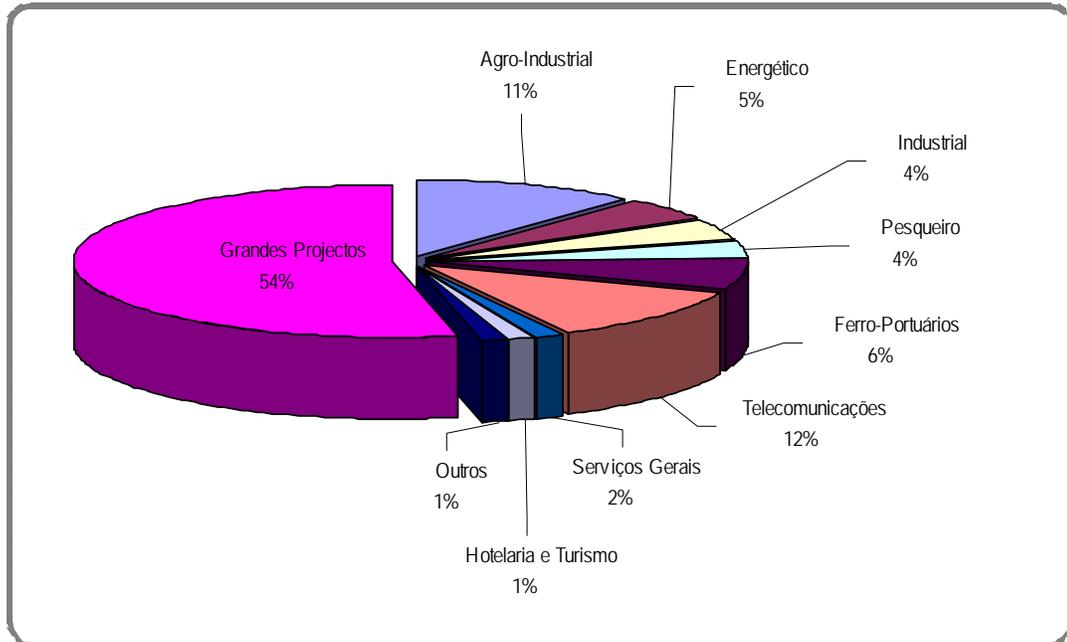
Tabela 10. Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Privada Externa 2001-2005

Indicadores da Dívida Privada Externa	2001	2002	2003	2004	2005
Stock Dívida Privada/PIB (%)	25,2	33,1	28,6	22,9	21,0
Stock Dívida Privada /Export (%)	132,6	167,3	131,4	90,0	79,8
Stock Div. Privada /Activos Externos (%)	n.d	n.d	n.d	64,1	66,0

Fonte: www.ine.gov.mz; Banco de Moçambique: Boletim Estatístico Vários Números.

Estes indicadores revelam que crescimento do endividamento privado externo, têm contribuído para a expansão da capacidade produtiva da economia. Com efeito, analisando os sectores que mais se endividaram com o exterior nos últimos 5 anos, os mega projectos ocupam o primeiro lugar com cerca de 54% do total de desembolsos, seguidos pelo sector das telecomunicações, agro-industrial, ferro-portuário, energético, industrial e pesqueiro (Gráfico 3).

Gráfico 3. Estrutura Sectorial dos Desembolsos Líquidos de Empréstimos Privados 2001-2005



Fonte: Banco de Moçambique. 2005. Boletim Anual da Balança de Pagamentos. Maputo Moçambique

O peso desses sectores no Produto Interno Bruto é maior e tem aumentado nos últimos anos. Por exemplo a contribuição do sector de transporte e comunicações aumentou de 10.9% em 2001 para para 13.9% em 2004, enquanto o peso do sector energético aumentou de 3.2% em 2001 para 5.3% em 2004.

## 5.2. Projecções da Dívida Privada Externa de Moçambique, 2006-2009 e Sua Sustentabilidade

As mais recentes projecções do endividamento privado externo efectuadas pelo FMI juntamente com Autoridades Moçambicanas apontam para uma redução do stock de dívida privada externa para USD 1.358,1 milhões em 2008, determinada pelo aumento das amortizações. Isto representa 16,8% do PIB projectado para 2008 contra 21% em 2005. O rácio de dívida privada externa sobre as exportações reduz de 79,8% em 2005 para 64,5% em 2008 (tabela 11).

Tabela 11. Projecções do Endividamento Privado Externo 2006-2009 (USD milhões)

Dívida Privada Externa (USD milhões)	2005	2006 Proj.	2007 Proj.	2008 Proj.	2009 Proj.
Desembolsos	242,1	228,0	326,0	302,0	328,5
Reembolsos (Kptal)	203,8	267,0	293,0	330,0	364,5
Reembolsos (Juros)	24,0	-20,5	-33,2	-36,1	-38,8
Stock Div. Privada Externa	1.392,1	1.353,1	1.386,1	1.358,1	1.322,0
<b>Memorando:</b>					
Stock de Div. Privada/PIB	21,0	19,5	18,9	16,8	14,9
Stock de Div. Privada/Exportações	79,8	64,4	64,5	64,5	63,6

Fonte: IMF Country Report No. 06/46, 2006

A tendência de endividamento externo privado revela uma certa sustentabilidade para os próximos anos. Entretanto devido a maior flexibilidade/volatilidade dos capitais privados e dado o facto de que são essencialmente determinados pela dinâmica de mercado, existe uma necessidade de uma monitoria constante para salvaguardar um avanço para uma eventual situação de insustentabilidade. Medidas de monitoria incluem:

- ❖ **Análise de risco cambial.** Na maioria dos casos, os empréstimos externos encontram-se denominados em moeda externa (no caso concreto de Moçambique em ZAR, USD, Euro, GBP e Yene) sendo assim necessário analisar o efeito das flutuações das taxas de câmbio das moedas em que se encontram denominado o empréstimo em relação a moeda nacional (o Metical). Nos casos em que o Metical se deprecia em relação a moeda em que se encontra denominado o empréstimo, o stock de dívida aumenta em moeda nacional e a sua amortização exigirá um esforço financeiro relativamente maior, e dependendo do grau de desvalorização, pode levar a uma pressão nas reservas externas do País, desestabilizando a economia.
- ❖ **Análise do risco de taxa de juro.** Permite uma análise do efeito da variação das taxas de juro de mercado sobre o empréstimo.

O avanço para a liberalização total da conta de capitais deve ser feito de forma gradual mantendo uma legislação para recolher informações sobre fluxos externos.

## **VI. SWOT da Problemática do Endividamento Externo e Interno do País**

Uma análise da problemática do endividamento externo do País permite-nos identificar as seguintes Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (SWOT):

### *Forças:*

- ❖ A dívida externa permite a cobertura do volume de despesas fixado pelo Governo, saldando assim a conta, sendo por isso indispensável. A falta ou limitação destes significa défice nas contas públicas, o que pode originar pressões internas, devido ao recurso ao financiamento por via da dívida interna.

### *Fraquezas:*

- ❖ A ainda fraca capacidade do País em mobilizar receitas internas;
- ❖ Debilidade do sistema de Administração Financeira do Estado, destaque para a falta de mecanismos de Gestão da Dívida.

### *Oportunidades:*

- ❖ Estratégia de Gestão da Dívida Pública Externa e Interna em preparação/discussão;
- ❖ Necessidade de gestão criteriosa de recursos públicos assumida no PARPA 2006-2009;
- ❖ Perdão de 100% da Dívida Multilateral assumida até Dezembro de 2004 com o FMI, IDA e FAD, o que reduz substancialmente o stock de dívida pública externa, abrindo espaço para uma gestão mais criteriosa dos novos desembolsos
- ❖ O privilégio pelos donativos em vez de empréstimos que vem sendo assumido pelos países membros do Clube de Paris.

*Ameaças:*

- ❖ Recurso a Fontes de Financiamento Interno por parte do Estado pode gerar um efeito Crowding Out do Investimento Privado;
- ❖ Condicionalismos que se impõe quando o País beneficia de um donativo ou empréstimo que podem não ser consistentes com os objectivos de desenvolvimento do País;
- ❖ Risco de perpetuação da dependência, mesmo considerando que os empréstimos são concessionais;
- ❖ Grande vulnerabilidade do país à choques externos, o que pode exigir a qualquer momento a necessidade de contratação de empréstimos externos;
- ❖ Aumento do stock de dívida pública externa devido ao efeito das flutuações cambiais;
- ❖ Tendências de redução do fluxo de fundos externos;
- ❖ Existência de dívidas bilaterais fora do âmbito do clube de paris e consequente redução de possibilidades de alívio.

## VII. Conclusões e Recomendações

A análise da magnitude e dos indicadores de sustentabilidade da dívida externa (pública e privada) revela que o actual quadro de endividamento externo de Moçambique é sustentável:

- ❖ A dívida pública interna cresceu de USD 51.9 mil milhões de Meticais em Dezembro de 1999, para 3.366.9 mil milhões de Meticais em Dezembro de 2005 e espera-se que entre 2006 a 2008 se situe ao nível de 8.500 mil milhões de Meticais. Apesar destas números crescentes, as marcas de referência preliminares para análise de sua sustentabilidade indicam que a mesma é sustentável;

O stock de dívida pública externa manteve-se até muito recentemente a um nível elevado (USD 4.648,8 milhões em Dezembro de 2005), apesar das várias iniciativas até então adoptadas. Aliás esse nível de dívida reflecte essencialmente:

- ❖ O estágio actual de implementação da iniciativa HIPC, visto que alguns credores bilaterais ainda não prestaram a sua assistência, quer por não participarem na iniciativa ou porque o acordo ainda não foi assinado;
- ❖ Os credores multilaterais não providenciavam a sua assistência através da redução do stock de dívida, mas através da redução do serviço anual da dívida no período do vencimento, de forma que o seu stock continua tendo um grande peso no stock total da dívida;
- ❖ A contratação de novos empréstimos que vai ocorrendo ao longo dos anos, associada à fraca capacidade de reembolso,
- ❖ A depreciação do USD em relação a outras moedas nas quais está denominada uma boa parte (cerca de 55%) da dívida pública externa de Moçambique.

Com a implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI), a dívida pública externa reduz substancialmente. Os rácios *valor actual líquido da dívida sobre as exportações* e *serviço da dívida sobre exportações* situam-se abaixo dos limites considerados pelos organismos internacionais como sendo de risco de insustentabilidade;

A dívida privada externa de Moçambique evoluiu rapidamente e desde 2002 apresenta uma tendência de crescimento estável e moderada. As estatísticas disponíveis apontam que de USD 51 milhões em 1995 o stock de dívida privada externa aumentou para USD 1.392 milhões em 2005, acompanhado por um crescimento da dinâmica dos sectores mais endividados o que pressupõe que a sua alocação obedece a critérios de eficiência económica.

A flexibilidade com que os fluxos de capitais públicos e privados pode ocorrer exige uma monitoria constante da sua evolução e, nesse sentido, os aspectos chave que devem ser considerados na análise da evolução futura do endividamento incluem:

### ***Endividamento Público Interno***

- ❖ As condições das novas emissões – o tipo de taxa de juro e o vencimento. O governo pode emitir instrumentos de dívida para financiar défices temporários de tesouraria à taxas de juro de mercado e vencimentos de muito curto prazo. Por outro lado, pode utilizar instrumentos de dívida de longo prazo para financiar o défice de tesouraria/orçamento;
- ❖ Tendência de atrasados pendentes e liquidação de atrasados. O governo pode ter pagamentos atrasados de juros e/ou capital sobre os instrumentos emitidos;
- ❖ Da política de prolongamento da duração dos títulos do tesouro. O governo pode prolongar a duração das emissões dos títulos do tesouro e não efectuar quaisquer reembolsos de capital. É importante notar se os prolongamentos incluem a capitalização de pagamento de juros. Taxas de juro elevadas podem ser uma das razões principais subjacentes a um aumento significativo de emissões de títulos de tesouro de curto prazo;
- ❖ O nível de endividamento em relação a quaisquer limites legais estabelecidos ou por estabelecer, visto que permite uma análise de confiança nas instituições incumbidas na gestão da dívida.
- ❖ A emissão ou não de garantias públicas para empréstimos a empresas públicas.

### ***Endividamento Público Externo:***

- ❖ Avaliação criteriosa das necessidades reais de endividamento do país e da aplicação dos fundos das dívidas anteriores (avaliação da consistência e eficácia dos diferentes projectos financiados);
- ❖ O quadro interno de atribuições/responsabilidades – os principais actores intervenientes no processo de contracção da dívida e suas responsabilidades, o “emponderamento” e envolvimento do Parlamento e da Sociedade Civil nos processos de decisão;
- ❖ As condições da contracção de novos empréstimos – principalmente os condicionalismos, já que as taxas de juro e os períodos de reembolso não parecem a principal motivação na génese das actuais ondas de repúdio e contestação da dívida externa.
- ❖ A concepção e operacionalização da estratégia de gestão da dívida pública

### ***Endividamento Privado Externo:***

- ❖ A legislação/regulamento vigentes para a contracção de empréstimos por empresas privadas;
- ❖ Padrões de desempenho e competitividade das empresas;
- ❖ O quadro de garantias e a volatilidade da moeda de contratação dos empréstimos;
- ❖ Análise de risco cambial e risco de taxa de juro

Dois são os ângulos nos quais se resumem as nossas visões no âmbito da problemática da dívida:

- ❖ Primeiro, deverá implementar-se mecanismos para a melhoria do sistema de tributação interna visando o aumento da receita interna normal, entre os quais, a simplificação de procedimentos e desenvolvimento de mecanismos de justiça e equidade, o que passa pela revisão dos objectos e mecanismos de tributação e avaliação e revisão do pacote de benefícios e isenções fiscais.
- ❖ Segundo, deverá rever-se os mecanismos actuais de contratação da dívida, seja ela pública ou privada, interna ou externa, com atenção para a avaliação das reais necessidades de recurso à dívida para o financiamento das despesas públicas, avaliação da eficácia (análise comparativa da mais valia entre aplicações alternativas) dos projectos financiados, a responsabilidade dos diferentes intervenientes no processo de contracção da dívida e o exercício real destas, as condições de contracção da dívida (condicionalismos, taxas e períodos de reembolso), embora estas não sejam do controle integral das autoridades nacionais, entre outros.

## VIII. Referencias Bibliográficas

- Baball, B. 2003. Dívida Externa do Sector Privado: Aspectos e Desafios Chave para Monitoria. Debt Relief International Ltd. London. Reino Unido.
- Banco de Moçambique. 2005. Balança de Pagamentos 2003-2004. Boletim Anual da BOP. Julho de 2005.
- Banco de Moçambique. 2006. Balança de Pagamentos 2005. Boletim Anual da BOP. Julho de 2006
- Banco de Moçambique. Boletim Estatístico. Vários Números.
- Caliari, A. 2005. New Debt Cancellation Proposals. Center of Concern. Issue 166. March 2005.
- Dava, G. 2005. O que o HIPC nos trouxe: o caso de Moçambique. Grupo Moçambicano da Dívida.
- Governo de Moçambique. 2006. Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009. Maputo, Moçambique. Maio de 2006.
- [http://www.ine.gov.mz/metadados/quadro\\_detalhe/sector\\_fiscal/divida%20\\_administracao\\_%20central.pdf](http://www.ine.gov.mz/metadados/quadro_detalhe/sector_fiscal/divida%20_administracao_%20central.pdf)
- IMF 2004. Republic of Mozambique: Request for a New Three-Year Arrangement Under the Poverty Reduction and Growth Facility—Staff Report; Staff Statement; Press Releases on the Executive Board Discussion; and Statement by the Executive Director for Mozambique. IMF Country Report No. 04/342. Washington, D.C. 20431. October 2004.
- IMF 2005. Republic of Mozambique: First Review Under the Three-Year Arrangement Under the Poverty Reduction and Growth Facility—Staff Report; Staff Statement; Press Release on the Executive Board Discussion; and Statement by the Executive Director for the Republic of Mozambique. IMF Country Report No. 05/168. Washington, D.C. 20431. May 2005.
- IMF and IDA. 2001. Republic of Mozambique: Completion Point Document for the Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative. Prepared by the Staffs of the IMF and World Bank; Approved by Mark Allen and Danny Leipziger. September 6, 2001.
- IMF and IDA. 2005. Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative—Status of Implementation. Prepared by the Staffs of the IMF and World Bank; Approved by Mark Allen and Danny Leipziger. August 19, 2005
- IMF. 2006. The Multilateral Debt Relief Initiative (MDRI). A Factsheet - April 2006
- IMF. 2006. The Multilateral Debt Relief Initiative: Progress Report on Implementation. Prepared by the Policy Development and Review Department (In consultation with other departments). March 20, 2006.
- IMF. 2006. Republic of Mozambique: FourthThird Review Under the Three-Year Arrangement Under the Poverty Reduction and Growth Facility and Request for Modification of Performance Criteria—Staff Report; Staff Statement; Press Release on the Executive Board Discussion; and Statement by the Executive Director for the Republic of Mozambique. IMF Country Report No. 06/46. Washington, D.C. 20431. October 2004. July 2006

- IMF. 2006. Republic of Mozambique: Third Review Under the Three-Year Arrangement Under the Poverty Reduction and Growth Facility and Request for Modification of Performance Criteria—Staff Report; Staff Statement; Press Release on the Executive Board Discussion; and Statement by the Executive Director for the Republic of Mozambique. IMF Country Report No. 06/46. Washington, D.C. 20431. October 2004. February 2006
- Johnson. A. 2001. Aspectos Chave para Análise da Sustentabilidade da Dívida Interna. Debt Relief International Ltd. London. Reino Unido
- Moçambique, Ministério das Finanças. Balanço do Plano Económico e Social de 2003. Março de 2004
- Moçambique. 2005. Lei n.º 12/2005 de 23 de Dezembro. Boletim da República de Moçambique. 4º Suplemento, I Série – Número 51.
- Pimpão, A. 2005. Impacto do HIPC. Grupo Moçambicano da Dívida. (Documento de uso interno).
- Pimpão, A. 2005. Perdão Total da Dívida: Leituras Possíveis. Grupo Moçambicano da Dívida.
- Sylvestre, M. e Navalha, F. 2004. Dívida Pública de Moçambique: O Endividamento Externo e Interno e Considerações Sobre suas Ligações com a Pobreza e Desenvolvimento. Grupo Moçambicano da Dívida.
- United Nations (UN). 2001. Road map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration: Report of the Secretary-General. General Assembly. 6 September 2001.
- UTRAFE, Ministério do Plano e Finanças. 2002. Lei n.º. 09/2002 - Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE). Maputo, Moçambique.
- UTRAFE, Ministério do Plano e Finanças. 2002. Regulamento do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE). Maputo, Moçambique.